

Revista

Ano XVI – Nº. 93
jan./fev. – 2024

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS
MST completa 40 anos

POLÍTICAS PÚBLICAS
Efeitos da Reforma Tributária para
Saúde e Educação



CONAÉ

Brasil discute
os rumos da
Educação na
próxima
década

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

Ano XVI - Nº 93 - jan./fev. - 2024

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação

Profissional em Saúde

ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição

Cátia Guimarães

Reportagem

Cátia Guimarães

Juliana Passos

Paulo Schueler

Estagiário de Jornalismo

Rhyan de Meira

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição

Matheus Batista Costa

Valéria Melo

Portal EPSJV

Paulo Schueler

Mídias Sociais

Erika Farias

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

13.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alexandre Moreno Etelcia Molinaro

Ana Cristina dos Reis Ingrid D'avilla

Anamaria Corbo José Adailton

Antonio Marinho Marcia Valéria Morosini

Augusto Cesar Rosito Monica Vieira

Cláudio Gomes Nina Soalheiro

Edilene Pereira

SUMÁRIO

2

CAPA

Novo Plano Nacional de Educação: como avançar nas vitórias e reverter as derrotas?

12

Vai ter #RevogaNEM na Conferência?

14

FINANCIAMENTO

A Reforma Tributária vem aí

18

ENTREVISTA

Rejane Hoeveler

'Essa nova direita só aceita a democracia da boca pra fora'

22

SEGURANÇA ALIMENTAR

Alimentação e saúde

25

No Complexo da Penha, o exemplo da agroecologia urbana

26

MOVIMENTOS SOCIAIS

MST completa 40 anos

30

NOTAS

31

O QUE É, O QUE FAZ?

Sesai – Secretaria de Saúde Indígena

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br



NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: COMO AVANÇAR NAS VITÓRIAS E REVERTER AS DERROTAS?

Especialistas promovem balanço das propostas do PNE atual e propõem o que a Conae deve mudar, retirar e acrescentar na nova lei

CÁTIA GUIMARÃES

Eu considero o PNE uma grande vitória". A frase é de Marcelo Lima, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mas afirmações semelhantes foram feitas por vários outros entrevistados desta reportagem. De fato, houve quem lamentasse a versão final da lei 13.005/2014, aprovada no Congresso naquele longínquo ano de 2014, mas a maioria das entidades e movimentos sociais da área considera que o texto do Plano Nacional de Educação que vence agora em 2024 tem mais pontos positivos do que negativos. Unânime, no entanto, é o reconhecimento de que essa vitória veio embalada em algumas derrotas, mais ou menos estruturais – que a Conferência Nacional de Educação (Conae) extraordinária que vai discutir o próximo PNE tem a tarefa de tentar corrigir.

A expectativa era que o PNE 2014-2024 tivesse sido uma bússola que orientasse os rumos da Educação brasileira. Mas, como quase todo mundo sabe, dez anos depois, das 20 metas e inúmeras estratégias que a lei contém, pouca coisa foi posta em prática. A começar pelo monitoramento feito pelo próprio Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ligado ao Ministério da Educação, foram muitos os estudos que denunciaram o descumprimento da maior parte do Plano – e é claro que a denúncia desse descumprimento e a repactuação de metas e indicadores é parte do que se espera da Conae 2024. Mas a contribuição que esta reportagem pretende dar ao maior evento de participação social do campo da Educação vai em outra direção: em vez de discutir a ausência dos resultados (que já se tornaram notícia velha), a ideia é ouvir dos especialistas uma análise crítica das próprias propostas que foram (ou não) formuladas naquele momento.

Passados dez anos, se a construção do PNE fosse hoje, e é, que propostas e concepções da lei atual o campo progressista da Educação escolheria manter, excluir ou modificar? Que novidades surgiram ao longo desta década que precisam ser contempladas na lei? Que áreas dentre as que ficaram de fora do Plano atual deveriam agora constar do novo texto? Nas brechas das derrotas que acolheu, que pontos do PNE fomentaram ou ajudaram a justificar políticas regressivas no campo da Educação, a exemplo da Reforma do Ensino Médio? Priorizando o debate sobre Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Básica com foco no Ensino Médio, ensino superior, valorização dos profissionais e financiamento, essas são as principais perguntas que esta matéria vai tentar responder.

Um pouco de História: quem ganhou e quem perdeu

A História nos lembra que nem tudo depende do que será decidido na Conferência. Corria o ano de 2010 quando, tal como agora, a sociedade civil organizada se preparava para uma jornada de debates e proposições sobre os rumos das políticas educacionais do país – era a 1ª Conferência Nacional de Educação, que, entre outros pontos, discutiria as bases de um novo PNE. Na verdade, uma parte dessas formulações já vinha desde a Conferência Nacional de Educação Básica, que aconteceu em 2008. Naquele que era o último ano dos governos Lula, a 1ª Conae aconteceu em abril, mas o Executivo só entregou o Projeto de Lei que instituiria o novo PNE ao Congresso em novembro, depois de confirmada a eleição da futura presidente Dilma Rousseff. Foi um certo balde de água fria. “O texto não seguiu as recomendações da Conferência”, conta Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP), que participou ativamente das negociações em torno do PNE atual, à época como coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. E foi aí que a ‘briga’ começou.

O espaço principal da disputa se deslocou para o Parlamento. Uma das estratégias, segundo Cara, foi distribuir o conteúdo da 1ª Conae em Emendas Parlamentares que iam sendo negociadas pelas diversas entidades no Congresso – ao todo, houve quase 3 mil emendas na Câmara e mais de 300 no Senado. Além do projeto original do governo, vários outros circularam nesse período. Os movimentos que reivindicavam a essência do que tinha sido proposto nas Conferências passaram a defender a versão do PNE da Câmara contra a do governo. No final, o texto acabou sendo aprovado depois de modificações no Senado e uma segunda rodada de debates também na Câmara, num processo de tramitação que durou quase quatro anos. A essa altura, já terminava (enfraquecido) o primeiro governo Dilma.

O fim dessa história todo mundo conhece: a presidente se reelegeu por uma pequena margem de votos, iniciou um segundo mandato com turbulências à direita e à esquerda, e foi vítima de um processo de *impeachment* que abriu um novo ciclo político no país. “Os contextos macropolíticos de aprovação e implementação do PNE são muito distintos”, analisa Cara, que completa: “A gente venceu mas não levou”.



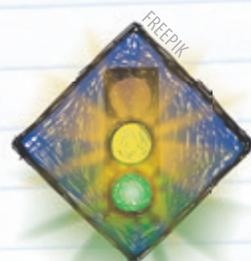
Mobilização foi fundamental na tramitação da lei do PNE, que levou quase 4 anos

Para se ter mais clareza sobre o que vem pela frente, a partir da Conae 2024, é importante entender quem estava disputando o quê naquele momento. Daniel Cara não tem dúvida de que a maior oposição às concepções do Plano que expressavam os resultados das conferências vinha do próprio governo – que, capitaneado pelo então ministro da Educação Fernando Haddad, combatia, principalmente, a proposta de investimento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em Educação, que era o ponto mais importante de luta para os militantes da área. Mas, com influência maior ou menor, no Congresso ou no Executivo, corriam por fora interesses ligados principalmente às instituições privadas de Educação, incluindo o Sistema S, e às fundações empresariais. E todos eles, de alguma forma, deixaram sua marca no PNE atual.

A derrota maior: público e privado no PNE atual

Contraditoriamente, a maior dessas derrotas está associada àquela que foi também a maior conquista do PNE 2014: a meta 20, que estabelece a ampliação do financiamento da Educação até 10% do PIB. “Pela primeira vez o Congresso Nacional brasileiro determinou que 10% das riquezas têm que ser investidas em Educação”, resume Daniel Cara, ressaltando a importância do feito. Mas na última hora veio um contra-ataque. Embora a meta aprovada diga explicitamente que a ampliação do investimento público deve ser em “educação pública”, o parágrafo 4º do artigo 5º da lei 13.005/2014 abre caminho para as parcerias público-privadas na Educação ao definir que “público”, nesse caso, engloba também “recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial”. “Na prática, isso significa autorizar FIES [Financiamento Estudantil], Prouni [Programa Universidade para Todos] e conveniamento de creche”, resume Daniel Cara.

Esse foi um ponto de inflexão em relação à luta pelo PNE. Houve quem achasse que se tratava de um percalço no caminho das disputas daquele momento, mas houve também quem considerasse que essa mudança invalidou qualquer conquista. Um exemplo dessa postura menos otimista pode ser lida na introdução de uma publicação de “notas críticas” sobre o PNE lançada pelo Colemarx, o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na análise, o resultado final do PNE é apontado como “uma aparente vitória que, entretanto, esconde o Cavalo de Troia da mercantilização generalizada da



META 20
Financiamento



JOSE CRUZ / ABR



Defesa de 10% do PIB para Educação pública na Câmara

educação brasileira”, já que insere no texto da lei uma ressignificação do sentido do público que passa a incluir as parcerias com o setor privado. “Isso modificou todo o sentido do Plano Nacional de Educação”, opina Raquel Dias, 2ª vice-presidente do Andes-SN. E, argumentando que a avaliação de um instrumento como o PNE não deve ser feita meta a meta, simplesmente elencando “o que se salva ou não”, ela conclui: “Na disputa do fundo público, a iniciativa privada ganhou a batalha”.

A verdade é que os programas que apostaram numa ampliação do acesso à Educação por meio da iniciativa privada financiada com recursos públicos já eram não apenas uma realidade como uma marca dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Seria possível superar isso? Na avaliação de Nalu Farenzena, 1ª vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), há um meio de caminho possível entre a realização imediata das políticas e o projeto de longo prazo que um instrumento como o PNE deve expressar. Ela lembra que o Brasil ainda tem muitos recursos públicos financiando o setor privado em vários segmentos, inclusive com dinheiro do Fundeb, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Por isso, acredita que seja difícil “estancar imediatamente” esse processo. Mas ela também entende que os textos dos PNEs (o atual e o que virá) devem seguir o preceito estabelecido pela Constituição Federal, de garantir a exclusividade de recursos públicos para a Educação pública, comprometendo-se com a ampliação da oferta pública e tratando a participação do setor privado como “episódica”. “A minha posição é a que está já colocada no documento de referência [da Conae 2024], que é de diminuição do volume de recursos públicos aplicados no setor privado”, diz. E, referindo-se ao conteúdo do que hoje é a meta 20 do PNE atual, completa: “E se há essa perspectiva ou projeção de diminuição, a meta de gasto em Educação sobre o Produto Interno Bruto deveria ser de aplicação no ensino público e não de perpetuar a subvenção pública ao setor privado”.

Mas se a maior parte do PNE atual não foi cumprida – e isso inclui a ampliação do financiamento

para 10% do PIB –, essa armadilha da lei em nome do setor privado teve consequências concretas? “Cada vez que essas políticas [de parceria público-privada] não são interdidas, elas aumentam assustadoramente”, avalia Raquel Dias, que completa: “Então, sim, as políticas privatistas se avolumaram, a relação com todas as fundações privadas se avolumou”.

Ao contrário da posição mais pessimista do Andes-SN, Marcelo Lima reconhece, elogiosamente, que “o PNE aponta numa direção que é sempre de ampliação da oferta pública”. Mas ele pondera que, de fato, o texto da lei atual “não diz que tem que se limitar a expansão privada”. E o problema, analisa, é que essa omissão pode alimentar a ilusão de que o setor privado não é um “obstáculo à expansão pública”. “Mas na prática é, porque o setor privado usa o recurso público para ocupar o espaço que o setor público não ocupa”, explica. O professor vai além, argumentando que, se a garantia de financiamento é estruturante para todas as políticas de Educação, o não cumprimento da meta 20 impede a execução de quase todas as outras. Logo, “toda vez que você trava o PNE, que está muito calcado na ampliação da oferta pública, você está ampliando espaço para o setor privado”.

As derrotas em bloco

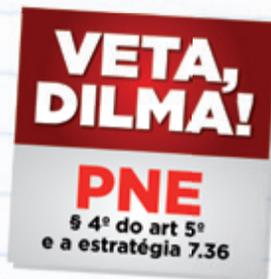
Helena Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), responsável pela organização da Conae, considera que, mesmo com prejuízos pontuais aqui e ali, 17 das 20 metas do PNE atual contemplam as principais “reivindicações históricas” dos movimentos sociais da Educação. “Perdemos as metas 4, 19 e 7”, lamenta, ressaltando que esta última é simplesmente “desastrosa”.

O fomento a parcerias público-privadas na Educação Especial está fortemente presente nas três últimas estratégias da meta 4, que falam em “promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público” para “apoio ao atendimento integral”, oferta de formação e material

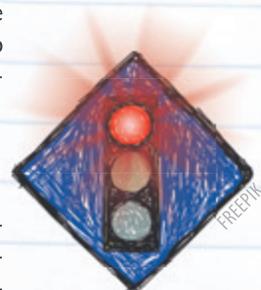
JOSE CRUZ / ABR



Meta de Educação Especial do PNE atual é uma das mais criticadas



Campanha de 2014 contra o uso de dinheiro público por instituições privadas



META 4
Educação Especial

META 7
Qualidade na Educação

META 19
Gestão Democrática

didático e atuação junto às famílias. Isso sem contar a primeira estratégia, que contabiliza as matrículas dessas entidades para o cálculo de recursos a serem recebidos pelo Fundeb. “O Estado delega para as ONGs [Organizações Não-Governamentais] fazer Educação Especial”, critica Heleno Araújo.

Já a meta 19 traz questões relativas à gestão democrática na Educação. A principal crítica é que o texto associa a gestão democrática – que é uma reivindicação histórica dos movimentos da área – a “critérios técnicos de mérito e desempenho”. Se isso não fosse o bastante, a primeira estratégia dá consequência a essa concepção quando estabelece que a União deve priorizar no repasse de recursos de transferências voluntárias os estados e municípios que criem legislação específica para seguir essa orientação. E essa mesma redação fala em “nomeação de diretores”, na contramão da (também histórica) luta por eleições diretas nas escolas públicas.

Por fim, a meta 7 fala de “fomentar a qualidade da educação básica”, estabelecendo a nota do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, como parâmetro. Internamente, nas estratégias, há também uma referência da média que o país deveria atingir no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). “Nós não aceitamos que o Ideb avalie a Educação Básica. Uma prova de português e uma prova de matemática não avaliam nada”, critica Araújo, acrescentando ainda, de forma nada elogiosa, que o Pisa foi concebido por um “organismo da Economia” [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE] e não da Educação.

Em relação à meta 7, o presidente da CNTE lembra que o que já era ruim no projeto original ficou pior durante a tramitação no Congresso com a inclusão da última estratégia (7.36), que tenta vincular o salário dos professores ao desempenho dos estudantes no Ideb. O destaque se justifica porque, segundo ele, essa concepção vem sendo implementada na prática, por meio de políticas que atrelam incentivos como, por exemplo, o 14º salário, à nota do Ideb. E, de acordo com o dirigente, além das próprias limitações do indicador, esse tipo de medida gera outros desvios, como a manipulação dos dados de avaliação dos alunos. “Essa não é a sociedade que a gente quer”, diz.

E a que interesses essa proposta atende? Segundo Heleno Araújo, nesse tema a disputa (perdida) era com as fundações empresariais com atuação na área.

Embora concorde que a concepção que prevaleceu na meta 7 seja, de fato, a que é defendida por essas entidades, Daniel Cara sustenta que elas são expressão de um “pensamento neoliberal na Educação” que, na época da disputa do PNE atual no Congresso, era vocalizada e apoiada pelo então ministro [da Educação] Fernando Haddad. “O embate foi entre nós e uma ala do MEC”, conta. Não por acaso, essa é a meta com o maior número de estratégias – 36, ao todo –, que refletem uma disputa mais acirrada no corpo do texto. O resultado é que, ao lado de estratégias inteiramente ancoradas em concepções de avaliação e mérito que pesquisadores, entidades e movimento sociais da Educação criticam há muito tempo, encontram-se propostas defendidas por esses mesmos movimentos, como garantir atenção à saúde física e mental dos profissionais de Educação, fortalecer o controle social na área e valorizar as características culturais próprias nos currículos das escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas. “A gente colocou contradições à própria meta”, ressalta Daniel Cara.

Tem Reforma neoliberal da Educação no PNE?

Embora isso diga respeito a uma dimensão da luta política que ultrapassa os limites de uma Conferência de Educação, nesse momento de redesenhar a bússola que deve orientar as prioridades nessa área pela próxima década talvez seja importante estar atentos aos usos que se pode fazer das proposições defendidas num instrumento como o PNE. Daniel Cara conta, por exemplo, que no debate parlamentar inicial, a Reforma do Ensino Médio foi justificada como uma tentativa do governo de responder às pri-



Ato no MEC, em 2023, pauta temas do PNE

meiras estratégias da meta 3 do Plano Nacional de Educação atual. O mesmo argumento consta do relatório do deputado Mendonça Filho ao PL 5.230/2023, que modifica a Reforma. Trata-se da meta que determina a universalização do “atendimento escolar” para jovens, ampliando a taxa de matrículas no Ensino Médio. E, de fato, a primeira estratégia dessa meta fala num “programa nacional de renovação do ensino médio”, incentivando “práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares” e currículos que organizem “conteúdos obrigatórios e eletivos”, “de maneira flexível”. “Mas [essas estratégias] não dizem nada sobre uma reforma neoliberal do Ensino Médio”, contesta o ex-coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, reconhecendo, no entanto, que o texto contém termos que podem ser usados para essa lógica de reforma educacional. Mas ele argumenta que, embora essas contradições, que são inerentes a qualquer lei, sirvam como argumento para políticas regressivas, elas não são a razão de retrocessos como a Reforma do Ensino Médio (leia mais na pág. 12). “A Reforma do Ensino Médio é uma estratégia para fazer a política educacional que cabe abaixo do teto dos gastos públicos federais e que afirma uma função social para a escola e para a Educação, que é formar o indivíduo neoliberal. Agora, com ou sem PNE isso ocorreria. É ingenuidade achar que o PNE reforça ou contradiz [essa intenção]”, defende.

Processo semelhante se deu em relação à Educação Profissional, cuja meta principal no PNE vigente (nº 11) determina que o país deve triplicar as matrículas de cursos técnicos, sendo pelo menos metade dessa oferta na rede pública. Como várias outras, dez anos depois não se está nem próximo de cumprir a proposta. Mas essa dívida histórica também serviu de argumento para justificar a mesma Reforma do Ensino Médio, especificamente no que diz respeito ao itinerário formativo 5, de formação profissional. O relatório do último balanço anual do PNE desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de 2022, é preciso ao denunciar a fragilidade dessa resposta: “A reforma do ensino médio trouxe, com a inclusão da formação técnica e profissional entre os possíveis ‘itinerários formativos’ para a etapa, a possibilidade de uma expansão acelerada de matrículas que se aproxime do objetivo estabelecido na meta 11. No entanto, essa expansão vem acompanhada de sérias dúvidas em relação à manutenção da qualidade prevista na mesma meta, uma vez que a reforma trouxe, além do formato questionável dos itinerários, a possibilidade de profissionais sem formação docente lecionarem disciplinas do itinerário profissionalizante e a possibilidade de oferecimento de até 30% do ensino médio no formato de educação a distância (EaD). Esta última, para além de questões relacionadas à qualidade, mostrou enormes limitações

relacionadas ao próprio acesso – e, especialmente, à equidade de acesso – durante a pandemia causada pelo novo coronavírus que emergiu em 2019”.

O que se deu, de acordo com Marcelo Lima, foi uma tentativa de atalho: “Itinerário não é Ensino Médio Integrado”, contesta. Por isso, ele defende que o que os “congressistas da Conae e os legisladores” têm que garantir em relação ao novo PNE é “que se mantenha o conceito de Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio” que está presente no texto atual, sem espaço para palavras como “itinerário” ou “percurso” [de aprendizagem]. “A Reforma do Ensino Médio é contrária à meta que diz que você tem que ampliar o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico. Ela só não diz assim: ‘revoga-se a meta tal do PNE’ porque não pode fazer isso”, denuncia.

A questão agora é se a Conferência Nacional de Educação vai dizer ‘revoga-se a Reforma do Ensino Médio’. O documento-base que orientou as discussões nas etapas estaduais e municipais não traz essa proposta explicitamente, embora sugira um conjunto de medidas que vão na contramão do Novo Ensino Médio. Não por acaso, num documento de contribuições ao texto de referência da Conae que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação produziu, uma das propostas de mudança inseridas em vários trechos é exatamente a redação clara sobre a necessidade de se revogar a Lei 13.415/2017, “conforme pautado pelo Fórum Nacional de Educação”.

Outros usos e abusos do texto do PNE

Outra contradição prática justificada pelo PNE atual diz respeito à “desastrosa” meta 7. Vários estudos têm identificado um processo de fechamento de escolas noturnas e do campo em algumas redes estaduais – São Paulo talvez seja o exemplo mais mencionado. Muitas vezes, isso se dá a partir de um processo de nucleação, sob o argumento da economicidade que se gera ao juntar mais estudantes no mesmo espaço. Independentemente das razões anunciadas, no entanto, o resultado tem sido o abandono da escola por uma parcela desses estudantes. “Quando diminui a capilaridade da rede escolar, você coloca o aluno mais longe fisicamente da escola e a tendência dele é abandonar”, explica Lima. A relação de tudo isso com a meta 7 é que, segundo a interpretação de vários desses pesquisadores, uma das razões desse movimento é a tentativa de ‘se livrar’ dos estudantes mais ‘frágeis’ visando melhorar a nota da rede no Ideb. “Muitos governos conseguiram aumentar o seu Ideb sem melhorar o salário dos professores, sem melhorar a formação dos professores... Sabe como eles fizeram? Fecharam turmas”, diz Lima, apontando como, nesse caso, a existência de uma meta que define a qualidade da Educação a partir desse indicador, e

ainda mais vinculando essa avaliação à oferta de “assistência técnica financeira” às redes de ensino, acaba entrando em contradição com as outras metas do PNE que incentivam a ampliação de matrículas.

A pesquisadora Maria Clara di Pierro, da USP, lembra ainda outra iniciativa que tem sido responsável pelo fechamento de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que acaba entrando em contradição com outras metas do PNE atual. A meta 6 estabelece que pelo menos 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da Educação Básica deveriam ser contemplados com oferta de Educação em Tempo Integral. Mas na vida real, fora do texto da lei, isso muitas vezes tem sido feito às custas dos estudantes de EJA. De acordo com di Pierro, um exemplo é que, embora esteja sendo flexibilizado neste momento, o primeiro modelo dessa política no estado de São Paulo levou as escolas em Tempo Integral a fecharem à noite, reduzindo matrículas. “Em tese, você pode ter uma escola de tempo integral que acolha a EJA, diurna ou noturna. Não seriam incompatíveis. O que é incompatível é essa visão preconceituosa que não incorporou a Educação de Jovens e Adultos como um direito a que o sistema público de ensino tem que responder”, opina.

Educação Profissional no PNE

A redação da meta 11, que trata mais especificamente de Educação Profissional, é um dos exemplos do que Marcelo Lima destaca como uma prioridade do PNE atual em fomentar a oferta pública. Ao propor triplicar as matrículas de cursos técnicos, o texto estabelece também que metade delas deve se dar na rede pública. Quando se olham as estratégias, no entanto, aparecem as contradições, resultado das disputas em torno da lei. “A meta não estabeleceu, mas as estratégias permitem as chamadas parcerias [público-privadas]”, reconhece Marcelo Lima.

Lá estão presentes as orientações de fortalecimento da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e de expansão da oferta dessa modalidade de ensino nas redes estaduais, mas elas são acompanhadas, logo na sequência, por uma série de propostas que vão na contramão

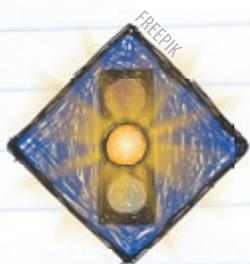
do que os movimentos sociais da Educação vêm defendendo. Uma delas é o incentivo à Educação Profissional à distância. “O setor privado opera muito em EaD”, diz Lima, explicando que essa é uma forma de baratear a formação. E critica: “Educação Profissional à distância é uma contradição, porque o que mais caracteriza a Educação

Profissional é o processo concreto de realização de trabalho”. Outra estratégia fala em “ampliação da oferta de matrículas” gratuitas por “entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência” e entidades privadas “vinculadas ao sistema sindical” – que atendem principalmente às demandas do Sistema S. Completa esse quadro de interesses privatistas presentes na meta 11 a proposta de “expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior”. “A estratégia que a gente deve ter é fortalecer e ampliar a participação pública na oferta de todos os níveis, modalidades e etapas, indistintamente”, defende Lima.

Além dessa prioridade, o professor acredita que, em relação à Educação Profissional, o mais importante é que as proposições da Conae 2024 estabeleçam caminhos de fortalecer o Ensino Médio integrado à Educação Profissional nas redes estaduais. “A Rede Federal deve continuar se expandindo, mas tem um teto. As redes estaduais precisam qualificar o espaço escolar de modo tal que a Educação Profissional, os laboratórios e as oficinas se tornem espaços naturalmente ocupados. A nossa escola média tem sala de aula, quadra, biblioteca, banheiro, cozinha, refeitório. Isso é natural numa escola razoavelmente estruturada. Mas a gente não acha necessariamente laboratório de física, química, biologia, oficinas de usinagem, mecânica, elétrica”, ilustra, defendendo que isso é fundamental, inclusive, para tornar o Ensino Médio mais atraente. Mas ele faz questão de ressaltar que essa análise em nada se aproxima da concepção da proposta da Reforma do Ensino Médio. “Eu não estou falando que o ensino técnico vai salvar o Ensino Médio. Estou falando que o ensino técnico é um ingrediente necessário à formação do jovem que está passando pelo Ensino Médio. Mas não é mais importante do que aprender língua portuguesa, história... É esse conjunto que dá à vida escolar a riqueza que ela deve ter para que o aluno ali permaneça”, argumenta, defendendo que o PNE precisa pautar a Educação Profissional articulada com a formação propedêutica.

O foco da EJA no PNE

A Educação Profissional está presente diretamente também na meta 10 do PNE atual, que propõe que pelo menos 25% da EJA no Brasil passe a ser oferecida de forma integrada, tanto com cursos técnicos, no caso do Ensino Médio, quanto à Formação Inicial e Continuada (FIC) no caso do Ensino Fundamental. “Essa foi um fracasso grande porque, a meu ver, estava mal desenhada”, opina Maria Clara di Pierro, argumentando que, diante do cenário concreto da-



META 11
Educação Profissional
Atenção com as estratégias privatistas 11.6 e 11.7

“

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL À DISTÂNCIA É UMA CONTRADIÇÃO”

MARCELO LIMA

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo



quele momento – apenas 2% das matrículas se davam nessa modalidade – e do alto custo dessa mudança, mais do que ambiciosa, essa proposta foi “irrealista”. E a pesquisadora defende ainda que é preciso relativizar essa “expectativa de que as pessoas querem fazer Educação Profissional”. “Existe um mito de que a Educação de Jovens e Adultos se tornará mais atrativa se conseguir articular a formação geral e a formação profissional. Porque o suposto é de que é um público que já está inserido no mercado de trabalho, que tem no trabalho a centralidade da sua vida e que, portanto, se você oferecer uma possibilidade de qualificação que seria um passo para a melhoria da empregabilidade e da renda, isso tornaria a EJA mais atrativa. As pesquisas e as práticas não confirmam totalmente isso”, explica, argumentando que muitas vezes é difícil para adultos conciliarem a vida com uma jornada escolar mais extensa. “Sem bolsa de estudos é praticamente impossível”, alerta.

Embora considere a EJA integrada à Educação Profissional necessária e defenda que ela deve vir sempre acompanhada de medidas que garantam a permanência dos estudantes, di Pierro sustenta que, como política pública, essa não pode ser a única alter-

nativa. “Você tem subgrupos que têm outras expectativas, que querem fazer nível superior, que querem simplesmente aprofundar seus conhecimentos, que querem um certificado para poder fazer um concurso, para ler a Bíblia... Você tem outras demandas. A elevação de escolaridade é um direito garantido na Constituição e tem que haver investimento nessa formação geral também”, diz.

A professora avalia que, no texto do PNE atual, a meta mais importante para a Educação de Jovens e Adultos é a 8, que determina elevar para no mínimo 12 anos a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade. “Essa eu acho que é a grande meta de equidade que impactaria a Educação de Jovens e Adultos, particularmente os subgrupos mais jovens, que são os que mais frequentam a EJA”, opina, destacando o fato de o texto realçar as populações do campo e das regiões mais pobres do país, além de estabelecer que se iguale a escolaridade de negros e brancos.

Diferente de outros temas e segmentos contemplados no PNE atual, a professora não identifica ambiguidades nem armadilhas nas estratégias que compõem a meta 9, que trata mais diretamente da erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional. Mas ela denuncia ausências. Uma “debilidade” do texto da lei que deveria ser corrigida é, na sua avaliação, o fato de não haver proposta de expansão das matrículas de EJA, tal como existe em relação à Educação Básica em geral, Educação Profissional e Ensino Superior. Isso num cenário de redução significativa das matrículas nesse segmento. “Seria desejável ter metas de ampliação das vagas. Mas não pode ficar só no discurso. Que venham metas cabíveis para as quais se [garantam] recursos compatíveis”, sugere.

Em relação ao PNE em vigor, di Pierro também lamenta a falta de propostas que fortalecessem o financiamento da EJA. A professora lembra que, quando o Plano foi aprovado, em 2014, o Fundeb ainda usava um fator de ponderação “negativo” (0,8) para a Educação de Jovens e Adultos, o que, como ela explica, significava que o gestor que optasse por investir nesse segmento teria os mesmos custos com uma retribuição – em relação aos recursos do Fundo – menor. “Era, na verdade, um desincentivo”, diz. Com a aprovação da lei do Novo Fundeb, em 2020, essa distorção foi parcialmente resolvida: o fator de ponderação subiu, mas sem diferenciar recursos para os ensinos Fundamental e Médio na modalidade de Jovens e Adultos, como acontece no ensino ‘regular’. Esse ajuste, portanto, é uma das expectativas em relação ao próximo PNE. Na verdade, para di Pierro, a garantia de incentivos financeiros para melhorar a oferta de EJA deve ser uma consequência – ou uma estratégia, nos moldes do PNE atual – de uma meta que proponha ampliar as matrículas desse segmento.

Outra ausência que a professora identifica é a uma referência específica à formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos. Ela diz não ter certeza se o primeiro e principal instrumento para dar conta desse problema é o PNE, mas o fato é que é preciso criar estratégias para pautar essa especificidade. O argumento da pesquisadora é simples: praticamente todos os avanços que a Educação viveu, como a expansão da Educação Infantil, a inclusão de pessoas com deficiência e mesmo a inserção de conteúdos de história e cultura afrobrasileiras no currículo, promoveram mudanças nas diretrizes de formação docente. Todos, menos a garantia do direito dos adultos à Educação. “Os balanços mostram que nem todos os cursos



UMA ‘DEBILIDADE’ DO TEXTO DA LEI QUE DEVERIA SER CORRIGIDA É O FATO DE NÃO HAVER PROPOSTA DE EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DE EJA, TAL COMO EXISTE EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO BÁSICA EM GERAL, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO SUPERIOR”

de formação de professores, seja na Pedagogia e menos ainda nas licenciaturas, abordam essa temática”, lamenta. Entre os “esquecimentos” que ela identifica no texto do PNE atual em relação à EJA, estão ainda referências às pessoas privadas de liberdade e à Educação de idosos.

Ensino superior no PNE

As metas que tratam mais diretamente sobre Ensino Superior (12 e 13) mantêm a orientação de expansão de matrículas na rede pública – pelo menos 40% –, mas, como todo o Plano, contém várias estratégias que reforçam as políticas de oferta de vagas na rede privada com recursos governamentais que já estavam em curso, como Fies e Prouni. “Eu acho que além de repactuar a meta, tem que ter estratégias de enfrentamento à privatização no setor da Educação Superior”, diz Raquel Dias, do Andes-SN. Mas ela defende que, para que essa meta avance no sentido de reforço do público que o PNE quer dar, é preciso desenhar no novo Plano estratégias de investimento, valorização e recomposição do orçamento das universidades públicas. “Nenhuma universidade pública foi criada no governo Bolsonaro”, ilustra.

Outra prioridade que mobiliza esse segmento e que Dias defende que conste do novo PNE como forma de fortalecer a democracia nas instituições de Ensino Superior é o fim do mecanismo da lista tríplice, que delega ao MEC o poder de escolher os reitores entre três nomes enviados pelas universidades, sem a obrigatoriedade de respeitar o resultado da eleição direta. Embora seja pautada há muito tempo, essa discussão ganhou corpo no último governo, do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando multiplicaram-se as indicações que não respeitavam a escolha da comunidade universitária.

A vice-presidente do Andes chama atenção ainda para a importância de tornar mais precisa a meta 13, que trata da ampliação do número de mestres e doutores entre os professores universitários. Isso porque o texto estabelece um percentual de mestres e doutores que se deve atingir entre os docentes no “conjunto do sistema de educação superior”, sem diferenciar as instituições públicas e privadas. Segundo Dias, a alta quantidade de mestres e doutores nas universidades públicas puxa os indicadores da meta toda para cima, invisibilizando o fato de que muitas instituições privadas continuam não tendo professores com essa qualificação em número suficiente.

Não apenas no Ensino Superior, mas talvez com impacto maior nesse segmento, o novo PNE precisa também dar conta da recente atualização da Lei de Cotas, que tornou essa política mais inclusiva, ampliando o acesso. “Acho que no Plano Nacional de Educação tem que ter um avanço para uma política de ações afirmativas mais ativa. Porque hoje ela garante vaga, mas não garante a permanência do aluno”, opina Daniel Cara.

Valorização dos profissionais

Como a maior parte do PNE atual, as metas que dizem respeito à valorização dos profissionais da Educação (16 a 18) também não foram cumpridas, ainda que alguns poucos indicadores apontem pequenos avanços. Mas, de acordo com o presidente da CNTE, Heleno Araújo, os elementos mais centrais devem e precisam se repetir na próxima proposta de Plano a ser elaborada pela Conae porque eles apenas reforçam o que já está estabelecido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) mas nunca foi obedecido. Um dos principais exemplos é o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os profissionais da Educação – que vai além do magistério – tendo como base o piso salarial. “Temos que avançar nessa política. O Plano tem que cumprir esse papel”, diz.

Essa é uma luta histórica dos movimentos sociais e sindicais da Educação. Mas outras propostas relativas à valorização profissional com menor potencial de mobilização também merecem atenção no momento de se formular um novo PNE. Um exemplo são as metas 15 e 16, que tratam da formação desses profissionais. Nem a formação inicial para os profissionais em geral nem a formação continuada para os professores foram alcançadas, ambas propostas no PNE atual, foram cumpridas, mas o importante aqui é chamar atenção para a forma como se perseguiu a meta, já que, segundo o presidente da CNTE e o próprio texto do documento-base que orientou as conferências estaduais e municipais antes da Conae 2024, o pouco crescimento que houve nas licenciaturas como parte da formação dos professores, por exemplo, se deu por EaD e “de forma precária”.

Sustentando tudo, o financiamento

A garantia de investimento de 10% do PIB na Educação foi a grande batalha travada na tramitação do PNE 2014-2024. Independentemente da avaliação sobre se a redação final foi uma vitória ou uma derrota – por autorizar que parte desses recursos vá para a iniciativa privada –, o fato é que a meta 20 simplesmente não foi cumprida. E é unânime entre os entrevistados a compreensão de que, sem aumentar o financiamento, não há bússola que dê conta de guiar os rumos da Educação brasileira no sentido da ampliação do acesso e da qualidade do sistema público. “Grande parte das metas do PNE dizem respeito à expansão de etapas, de modalidades, de níveis da Educação ou à melhoria das condições de qualidade. Como fazer isso sem uma estimativa de recursos compatíveis?”, indaga Nalu Farenzena, da Fineduca, justificando a energia depositada pelos movimentos sociais na defesa da meta 20 do Plano atual e que deve ser repetida na elaboração do próximo.

Se continua sendo indispensável garantir os 10% do PIB para a Educação – e, apesar das dificuldades, lutar para que o texto da lei especifique que o destino deve ser exclusivamente o sistema público –, ela defende que é preciso avançar no sentido de apontar, já no PNE, possíveis fontes desses recursos. E, segundo a pesquisadora, isso passa pelo reconhecimento de que o ente federado que mais tem condições de reforçar esse aporte orçamentário é a União. “Não faz sentido pensar numa política de financiamento que garanta Custo Aluno-Qualidade sem a complementação compatível da União”, diz.

Não por acaso, essa foi a concepção que orientou uma das mudanças mais relevantes nas políticas de

Educação que aconteceram entre o PNE 2014 e o que vai ser construído agora – e que precisará ser levado em conta na discussão do texto do futuro Plano: a aprovação do Novo Fundeb. Entre outras mudanças, a lei 14.113/2020 estabeleceu um aumento da complementação do governo federal de modo a alcançar 23% do Fundeb em 2026. Mas isso, de acordo com a pesquisadora, não é suficiente para dar conta das propostas necessárias para um novo PNE, mesmo que se olhe apenas aquelas relacionadas à Educação Básica. E um dos motivos é que, apesar de ampliado, o percentual de participação da União continua tendo como referência o total de recursos dos outros entes federados – os 23% são do total de dinheiro que estados e municípios depositam no Fundo. De acordo com Farenzena, os cálculos mostram que o total de recursos do Fundeb hoje representa cerca de 2,5% do PIB do país – logo, mesmo considerando-se que esse volume é voltado só

para a Educação Básica, ainda faltaria um bocado para atingir os 10% que o PNE deve estabelecer como mínimo para a Educação (pública) como um todo.

E essa não é uma contradição. Por um lado, o que esse cálculo mostra é que é necessário ter mais recursos também para o Ensino Superior – que não é Educação Básica – e as áreas e iniciativas que concretamente precisam desse investimento talvez devam estar lembradas de alguma forma no novo PNE. A garantia e ampliação da assistência estudantil e a manutenção da infraestrutura das universidades públicas são apenas dois exemplos mencionados por Farenzena. Por outro, no que diz respeito à Educação Básica – tanto nas suas etapas obrigatórias, de ensinos Fundamental e Médio, quanto nas formas de Educação Profissional e EJA –, ela propõe um diálogo entre diferentes momentos da lei do Novo Fundeb. Isso porque, ao mesmo tempo em que parou em 23% a obrigatoriedade de complementação da União para o Fundeb, a lei do Novo Fundeb incluiu no texto constitucional a determinação de que, “para exercer sua função redistributiva e supletiva”, como explica Farenzena, o governo federal agora deve ter como referência a garantia de Custo Aluno-Qualidade, ou seja, o **CAQ**. Logo, se os 23% não são suficientes para isso, é preciso ter mais dinheiro. E ela acredita que o próximo PNE deve ser instrumento de pressão nessa direção.

Sobre isso, ela lembra que entidades como a Fineuca e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação têm defendido – e devem levar para a Conae – que esse dinheiro a mais seja garantido por dentro do próprio Fundeb, aproveitando o trecho da lei que trata da complementação da União especificamente em rela-

“
É UNÂNIME ENTRE
OS ENTREVISTADOS A
COMPREENSÃO DE QUE, SEM
AUMENTAR O FINANCIAMENTO,
NÃO HÁ BÚSSOLA QUE DÊ
CONTA DE GUIAR OS RUMOS DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NO SENTIDO DA AMPLIAÇÃO
DO ACESSO E DA QUALIDADE
DO SISTEMA PÚBLICO”

Pautas da extrema-direita já estavam presentes, mas se ampliaram



“O CAQ é um indicador que mostra quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica. (...) Para realizar este cálculo, o CAQ considera condições como tamanho das turmas, formação, salários e carreira compatíveis com a responsabilidade dos profissionais da educação, instalações, equipamentos e infraestrutura adequados, e insumos como laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, materiais didáticos, entre outros, tudo para cumprir o marco legal brasileiro. Assim, o CAQ contempla as condições e os insumos materiais e humanos mínimos necessários para que os professores consigam ensinar e para que os alunos possam aprender. (...) Já o CAQ avança em relação ao padrão mínimo [buscando] o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais”.
Fonte: site da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação

ção ao Valor Aluno-Ano. O texto estabelece que esse recurso federal deve ser de, no mínimo, 10,5% do total dos fundos estaduais e distrital e a proposta que a pesquisadora também defende é que o governo vá além desse mínimo para garantir os padrões de qualidade que integram o CAQ. “Acho que deveria constar no novo PNE a manutenção de estratégias referentes à garantia de Custo Aluno-Qualidade Inicial [CAQi] e de Custo Aluno-Qualidade, e que essa garantia seja feita por meio da complementação da União ao Fundeb”, defende, lembrando ainda a importância de a nova lei “reafirmar a atuação dos órgãos de controle tanto estatal quanto social, para fiscalizar e acompanhar tanto os recursos do Fundeb quanto os demais recursos que são vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

“
A BATALHA
POR UM PNE
PROGRESSISTA,
QUE GARANTA
O DIREITO À
EDUCAÇÃO
PÚBLICA COM
QUALIDADE
EM TODOS OS
SEGMENTOS,
COMEÇA NA
CONAE 2024,
MAS NÃO
TERMINA NELA”

A conjuntura dez anos depois

A batalha por um PNE progressista, que garanta o direito à Educação pública com qualidade em todos os segmentos, começa na Conae 2024, mas não termina nela. Se a lei atual demorou quatro anos para tramitar, não são propriamente otimistas as expectativas de aprovação da próxima. No que diz respeito ao Executivo, o país tem outro governo e outra gestão no Ministério da Educação mas, na avaliação de Daniel Cara, a concepção neoliberal de Educação que embasou a meta 7 e outras brechas que atravessaram o PNE atual não apenas permanecem como se tornaram mais fortes, com uma presença ampliada de representantes das fundações empresariais na estrutura da Pasta. “O PNE é fruto de um tensionamento. Tem os grupos empresariais incidindo sobre o texto, não via conferência, em 2010, mas via articulações por cima, que é o que eles fazem e farão de novo”, alerta Fernando Cássio, professor da USP.

Também no Congresso o cenário se complexificou. No período entre 2010 e 2014, na avaliação de Cara, os movimentos sociais progressistas da Educação tinham mais força e capacidade de articulação nas Casas legislativas – ele exemplifica com a constatação de que, embora tenham disputado o texto, naquele momento as fundações empresariais tinham maior penetração no Executivo, por meio do próprio MEC, do que no Parlamento. Hoje, o crescimento da

extrema-direita, não apenas como influência na sociedade mas também como representação parlamentar, é uma novidade que pode tornar o trabalho no legislativo ainda mais difícil. “Nesse PNE vão ter embates que não tiveram no passado”, alerta Cara.

E esse exercício começa agora. “A própria Conae já não vai ser um passeio. Todos os campos vão estar presentes na Conferência: as fundações empresariais, MEC com influência neoliberal e a extrema-direita”, alerta Cara. De fato, vários entrevistados desta reportagem que participaram de etapas estaduais das conferências ou estão acompanhando de perto a organização da própria Conae apontam que, embora minoritários, os grupos de ultradireita estão também disputando esse espaço. Com isso, além da batalha pelo fortalecimento do segmento público em oposição aos interesses privados que esses grupos também representam, podem entrar na pauta temas alheios ao direito à Educação que dominaram o debate político nos últimos quatro anos, como militarização das escolas, ensino domiciliar e doutrinação. “Vai ser uma guerra absoluta”, resume Cara. A reportagem entrou em contato com o MEC, via assessoria de imprensa, mas não obteve retorno sobre o pedido de entrevista nem resposta às perguntas enviadas ●



Vai ter #RevogaNEM na Conferência?

Com a queda de braço em torno da votação do Projeto de Lei que modifica a Reforma do Ensino Médio, mobilização em relação ao tema ganha centralidade na Conae Extraordinária

CÁTIA GUIMARÃES

O combinado era uma reportagem de balanço e perspectivas para o novo PNE, o Plano Nacional de Educação, que será discutido na Conferência Nacional de Educação (Conae) Extraordinária que acontece agora em janeiro de 2024 – e foi o que você leu nas páginas anteriores. Mas aí a conjuntura atravessou a pauta.

Já avançava dezembro quando esta matéria começou a ser redigida e foi surpreendida pela profusão de notas, convocação de manifestações de rua e artigos na imprensa, indicando um novo momento de mobilização de educadores e militantes, que reagiam a mais um capítulo da (longa) novela da Reforma do Ensino Médio. É que o deputado Mendonça Filho (União Brasil - PE) tinha acabado de apresentar o relatório com um substitutivo ao texto do Projeto de Lei (PL) 5.230/2023, aquele que o Executivo submeteu ao Congresso para modificar o Novo Ensino Médio (leia, na edição 92 da Poli, entrevista de balanço do projeto, com Monica Ribeiro). E as alterações propostas pelo relator retomavam alguns dos pontos mais polêmicos da Reforma que, a partir dos resultados de uma consulta pública, o governo estava tentando mudar.

Entre as medidas mais criticadas do substitutivo – que alguns militantes da Educação chegaram a chamar de uma reedição da Medida Provisória 746, que deu origem à Reforma – estavam a redução da carga horária mínima da Formação Geral Básica para 2,1 mil horas (em vez de 2,4 mil); a autorização para a Educação a Distância na formação geral; o reconhecimento do notório saber como suficiente para a docência na Educação Profissional Técnica de nível médio; e a retomada dos mesmos cinco itinerários formativos estabelecidos anteriormente pela Lei 13.415/2017 – que o PL 5.230 tinha proposto substituir por percursos de aprofundamento, que, embora guardassem a mesma lógica de organização curricular, tinham diferenças que reduziavam a fragmentação.

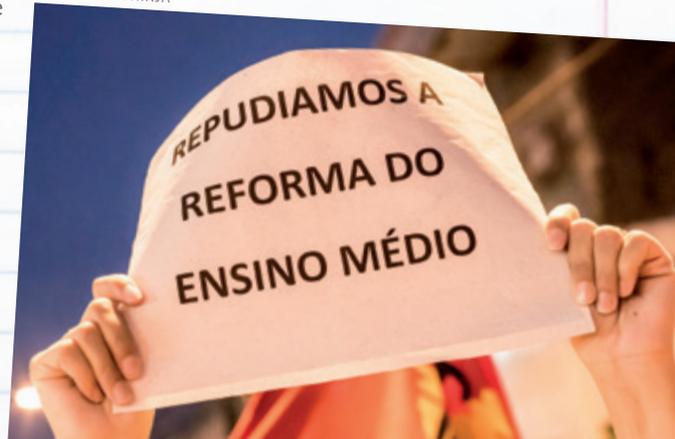
Não foi propriamente uma surpresa: afinal, o relator do PL na Câmara é ninguém menos do que o ex-ministro da Educação que, no governo Michel Temer, instituiu a Reforma do Ensino Médio que o PL 5.230 queria modificar. “Mendonça Filho foi o sujeito que assinou a Medida Provisória que nos colocou nessa tragédia em que estamos”, lembra Fernando Cássio, professor da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da Rede Escola Pública e Universidade (Repu). De fato, o voto do relator não esconde o tom elogioso à Reforma que o projeto analisado pretendia modificar. “A reforma do ensino médio perpetrada pela Lei nº 13.415, de 2017, com a oferta de itinerários formativos, oferece aos estudantes a chance de refletirem sobre seus sonhos, acerca de quem são e o que desejam para as suas vidas. O modelo foi cons-

Em 2023, movimentos sociais mobilizam contra a votação do substitutivo que reforça a Reforma

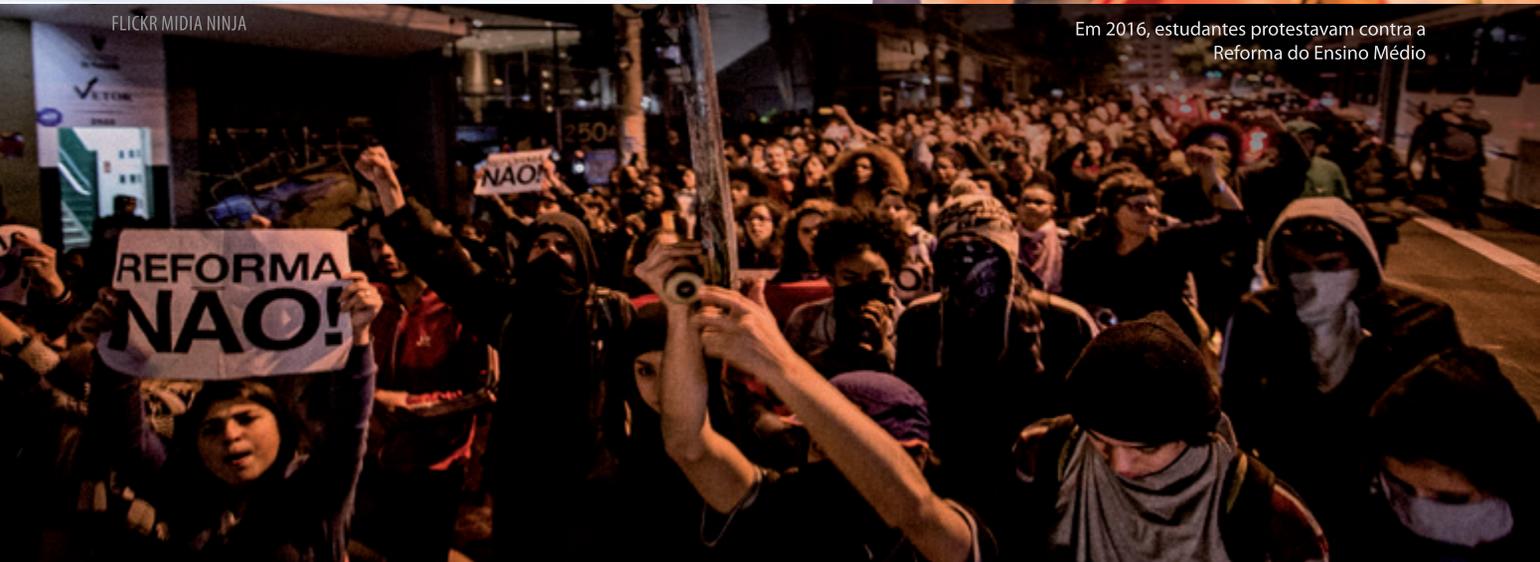


**PRESSIONE OS DEPUTADOS
A VOTAREM CONTRA
O NOVO PROJETO DE REFORMA
DO ENSINO MÉDIO**

FLICKR MIDIA NINJA



FLICKR MIDIA NINJA



Em 2016, estudantes protestavam contra a Reforma do Ensino Médio

NOVO ENSINO MÉDIO

Estamos construindo o futuro. É o começo de uma grande mudança.



JANE DE ARAÚJO / AGÊNCIA SENADO

truído para uma juventude criativa, participativa e atuante. A proposta foi concebida para promover uma educação contemporânea, que prepare os jovens para o mundo do trabalho e para uma vida significativa em sociedade”, diz um trecho do texto, sem mencionar os inúmeros problemas identificados na experiência concreta do Novo Ensino Médio em algumas redes de ensino, que inclusive viraram notícia frequente na grande imprensa no início daquele mesmo ano de 2023. Por tudo isso, Fernando Cassio não poupa críticas ao fato de o governo federal não ter se mobilizado politicamente no Parlamento contra a indicação de Mendonça Filho como relator. “O Ministério da Educação não moveu uma palha para evitar isso”, lamenta. E completa: “Essa não é uma boa sinalização para a sociedade”.

A questão é que “sociedade” envolve muita gente. E uma mostra disso é que, no momento em que

esta matéria estava sendo escrita, enquanto entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação posicionavam contra o parecer do relator, considerando-o um retrocesso, o movimento Todos pela Educação, que reúne fundações empresariais, avaliava o texto como um avanço em relação à proposta do governo. “Os mesmos que elaboraram a Reforma estão aí de novo, reformando a Reforma”, ironiza Fernando Cássio, referindo-se não apenas ao relator, mas também ao que caracteriza como uma forte presença dessas entidades no interior do MEC.

O fato é que a primeira onda de mobilização contra o substitutivo surtiu efeito. A votação do relatório chegou a ser agendada para o dia 12 de dezembro mas, diante das reações, na véspera o governo retirou o pedido de urgência que exigia que a tramitação do PL acontecesse em até 45 dias. Foi um suspiro de alívio para os movimentos que lutam contra a Reforma, mas durou pouco. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados aprovou novo pedido de urgência de tramitação do PL. A votação foi novamente agendada para o dia 19. E os movimentos sociais dobraram a aposta na mobilização, chamando atos de rua, organização de manifestações coletivas pelas redes sociais e abaixo-assinados enviados aos parlamentares, além da pressão direta no Congresso, que ganhou apoio de deputados de diversos partidos. Na

Primeiro da direita para a esquerda, Mendonça Filho, Ministro da Educação que criou a Reforma, agora é relator do projeto que a modifica

“

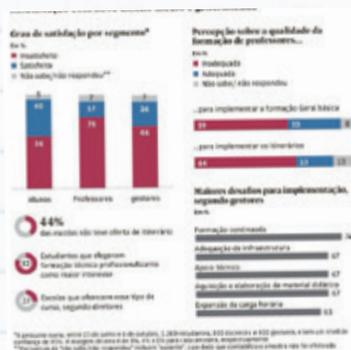
NÓS VAMOS DAR A VIDA AGORA NO FINAL DO ANO PARA EVITAR QUE O PL 5.230 SEJA VOTADO NA CÂMARA. ELE SÓ VAI SER VOTADO POSTERIORMENTE À DELIBERAÇÃO DA CONAE. E VAI SER MUITO DIFÍCIL PARA OS PARLAMENTARES, EM ANO ELEITORAL, IREM CONTRA A CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO”

DANIEL CARA

Professor da Universidade de São Paulo

tarde da data em que aconteceria a votação, um acordo garantiu o adiamento da discussão para março de 2024, permitindo mais tempo para discussão.

É nesse ponto que toda essa conjuntura se encontra novamente com a pauta original da matéria de capa desta edição da Poli, que você leu nas páginas anteriores. Primeiro, porque alguns pontos da Reforma do Ensino Médio impactam (e limitam) diretamente proposições e estratégias que o documento-base da Conae 2024 sugerem para o próximo PNE. Segundo, porque as conferências são o espaço privilegiado em que a sociedade civil organizada debate, disputa e diz o que quer sobre os rumos das políticas públicas – e a expectativa é que as instâncias de representação, como o Congresso, saibam ouvir o que a participação social direta defende. Não por acaso, em entrevista concedida à reportagem antes de toda essa reviravolta, Daniel Cara, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação deu o tom do que agora se sabe que se deve esperar da Conferência. “Nós vamos dar a vida agora no final do ano [de 2023] para evitar que o PL 5.230 seja votado na Câmara. [Porque aí] ele só vai ser votado posteriormente à deliberação da Conae. E vai ser muito difícil para os parlamentares, em ano eleitoral, irem contra a Conferência de Educação”, aposta. ●



Maioria dos alunos está insatisfeita com novo ensino médio

Índice é de 56% entre estudantes e chega a 76% dos professores e 66% dos gestores, diz pesquisa da Unesco

Ao longo de 2023, imprensa deu destaque aos problemas da Reforma

A REFORMA TRIBUTÁRIA VEM AÍ

Primeira etapa simplificará estrutura, mas impactos sobre Saúde e Educação ainda estão em aberto

JULIANA PASSOS

O arroz e o feijão seriam quase 20% mais baratos se não fossem os impostos, carne vermelha e peixes, 30%. A informação é do site 'Impostômetro', mas não é difícil encontrar tabelas e campanhas que critiquem a alta carga tributária brasileira. Por outro lado, como manter políticas de Saúde, Educação, vias públicas, serviços de energia e aposentadorias sem a arrecadação do governo? Essas questões não são contraditórias, de acordo com os especialistas ouvidos por esta reportagem, e o motivo, como diz a letra da banda As Meninas "todo mundo já conhece: o de cima sobe e o de baixo desce".

Como assim? A explicação está na forma de arrecadação que existe no Brasil, feita principalmente a partir do consumo em que todos pagam a mesma proporção de tributos, sem distinção de renda. Esse modelo é chamado de regressivo, ou seja, quanto menor a renda, maior é a cobrança. "Na compra do arroz e do feijão, o rico e o pobre pagam o mesmo tributo. É claro que o rico consome mais e, portanto, em valores absolutos, ele paga mais tributos, mas em percentual da renda esse valor é menor. É isso que a gente chama de uma carga tributária regressiva", explica a professora do Kings College, na Inglaterra, Natássia Nascimento, especialista em tributação e desigualdade. A cobrança a partir do consumo também é chamada de indireta. Do lado oposto estão os tributos diretos, relacionados em especial à renda, e a possibilidade de uma cobrança de forma progressiva, em que quem ganha mais paga uma proporção maior.

O que se chama de carga tributária é calculada a partir da soma de tudo que o governo arrecada com tributos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) a cada ano. No Brasil, esse valor está em torno de 33%, sendo 15% relativos ao consumo, 8% sobre renda e lucros e 8% em contribuições sociais, de acordo com dados de 2021 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um percentual abaixo de países desenvolvidos como a França (45%) e Itália (42%), que também apresentam uma taxa de consumo menor em relação aos outros itens. No entanto, a carga tributária brasileira é maior do que a de países com economias similares na América Latina, como o México (17%), com baixa contribuição social e impostos equivalentes sobre renda e consumo. "Carga tributária elevada não é problema, principalmente quando lembramos que temos um país de mais de 200 milhões de pessoas, um sistema educacional público, um sistema de saúde, assistência social. Tudo isso tem que ser financiado de uma forma justa", diz Nascimento.

A necessidade de mudar a cobrança de tributos no Brasil é uma discussão antiga e avançou em 2023, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 pelo Congresso no final de dezembro. Considerado pelo governo como uma primeira etapa de mudanças, o texto trata principalmente de unificar tributos e alíquotas cobradas justamente na área de consumo. Para os especialistas ouvidos pela Poli, a reforma é necessária, mas o texto aprovado pelos parlamentares não toca em pontos essenciais. "A estrutura tributária é da década de 1960 e é mesmo muito complexa, mas a proposta não vai enfrentar o principal problema, que é uma estrutura tributária muito injusta", diz o professor da Universidade de São Paulo (USP), José Marcelino Rezende Pinto, especialista em financiamento da Educação.



Francisco Funcia, vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres), segue a mesma linha. “A simplificação é um dos princípios da tributação que incide sobre produção e consumo. De um lado, facilita a vida da gestão de negócios, o que tem um efeito positivo para a atividade econômica, e torna mais transparente o processo de tributação. Porém, a proposta atual é parcial. É preciso colocar na agenda a necessidade de trazer a justiça tributária”, defende.

O que a reforma propõe?

A aprovação da reforma em dezembro de 2023 levou o país a adotar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será subdividido em dois tributos principais: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Há ainda um terceiro, também de âmbito federal: o Imposto Seletivo, apelidado de Imposto do Pecado, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A relação ainda não está definida, mas entre os produtos que devem entrar no pacote estão cigarros e alimentos com excesso de açúcar. O primeiro ano do novo modelo em vigor será 2026, ainda em fase de teste.

A CBS corresponde à unificação das contribuições federais PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o que gera preocupações sobre o orçamento da Seguridade Social – que envolve Saúde, Previdência e Assistência Social –, já que significa o fim de recursos nominalmente assegurados para a área. “O orçamento da seguridade social, tal qual concebido pela Constituição Federal, ficou fortemente atingido. Da maneira como está sendo apresentado, não haverá mais tributos diretamente vinculados e é quase como se o orçamento da Seguridade ficasse dependente do chamado orçamento fiscal, decidido ano a ano pelo Congresso”, avalia Francisco Funcia. Por outro lado, ele não vê alterações na capacidade de arrecadação para o SUS, Sistema Único de Saúde, uma vez que a Constituição estabelece que o piso da saúde corresponde a 15% da receita corrente líquida, ou seja, de tudo que é arrecadado pelo governo.

A preocupação que havia na Educação em relação à reforma tributária era a inclusão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na CBS. No entanto, o Imposto foi retirado do pacote na votação final realizada na Câmara dos Deputados. Caso fosse mantida, a inclusão do IPI como ‘contribuição’ e não mais como ‘imposto’ retiraria recursos federais da Educação, uma vez que a Constituição prevê que o mínimo constitucional de 18% seja proveniente apenas de “impostos”. Outra boa noti-

Quais as formas de arrecadação de tributos?

Os governos têm cinco formas de arrecadação de tributos. A mais comum são os impostos, que não possuem um destino específico, embora também não estejam livres de qualquer vinculação. A Constituição prevê, por exemplo, que 18% da arrecadação de impostos da União seja destinada à Educação, enquanto para estados e municípios a determinação é de 25%. Já as taxas preveem a cobrança por uma prestação de serviço direta, como a emissão de documentos ou a coleta de lixo. E há ainda dos tipos de contribuições, que têm destino definido: as de “melhoria”, em desuso, que previa a cobrança específica para a realização de obras públicas, mas em desuso, e as “especiais”. No segundo caso estão o salário-educação e a Cofins, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Por último, há a previsão de empréstimos compulsórios, em que o governo pega emprestado do cidadão com garantia de devolução, mas isso só pode ocorrer em casos de calamidade pública. Entre 1986 e 1988, foi cobrado um percentual de cerca de 30% sobre a venda de gasolina e aquisição de carros novos.

cia para complementar o orçamento da União para a Pasta da Educação é a criação do Imposto Seletivo, que passará a compor a arrecadação dos mínimos constitucionais. Há ainda uma preocupação com a manutenção do salário-educação, contribuição de responsabilidade das empresas, cobrada sobre o valor da folha de pagamento, que é destinada diretamente a programas e projetos da Educação Básica. O texto da Reforma dá o prazo de 90 dias após a aprovação para o Executivo encaminhar o novo modelo da tributação em folha. Logo, no momento em que esta edição da Poli foi concluída, esse ponto ainda estava em aberto. “Por enquanto, não há previsão de alteração no salário-educação, mas é um risco. Só sabemos que haverá uma contribuição sobre bens e serviços, mas nada está regulamentado, tudo vai depender dos projetos de lei que forem encaminhados na sequência”, avalia Marcelino.

FREEPIK



Uma das principais mudanças trazidas pela reforma é a união do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e o ISS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. O primeiro é de competência estadual e o segundo municipal. Além da unificação, também está prevista a mudança do local de cobrança: em vez do estado onde o bem é produzido, será feita naquele em que é consumido. O objetivo dessas medidas é colocar fim à 'guerra fiscal', em que os estados e municípios tentavam reduzir os impostos para atrair um maior número de fábricas e empresas. "O peso de pagar o tributo não é da população onde está a fábrica, é onde está o consumidor final. E acho isso justo",

pontua Marcelino. Para compensar as perdas de arrecadação dos estados, como será o caso de São Paulo, que concentra um grande número de indústrias, a proposta prevê a criação de um fundo com recursos federais. O fundo funcionará até 2032 e, no ano seguinte, o ICMS será definitivamente extinto. O texto também prevê a criação de um outro fundo com o intuito de reduzir as desigualdades de arrecadação entre os estados.

Os novos tributos ainda dependem de leis complementares para serem regulamentados, mas essas legislações precisam prever algumas isenções. Entre os setores que podem conseguir isenção total estão os itens da cesta básica, já outros podem alcançar até 60%, como bens para saúde, educação, medicamentos, transporte coletivo de passageiros. No entanto, a Proposta prevê que esses benefícios tenham contrapartida com taxação maior sobre outros produtos.

Outra possibilidade colocada pela PEC é a opção de *cashback* para beneficiários de programas sociais. Nesse caso, ao realizarem compras de itens que compõem a cesta básica e medicamentos, um percentual dos novos tributos será depositado no cartão do beneficiário. Mais uma vez, a forma e as regras para essa devolução ainda precisam ser regulamentadas por lei. "A maior parte do consumo da população é justamente os itens da cesta básica e medicamentos. Quando a gente tem uma isenção, você está fomentando que as pessoas consumam mais e melhor", diz Nascimento. No entanto, ela pondera que não se trata de uma política de redução de desigualdades.



"A opção de *cashback* está ali para eliminar a regressividade. Então, na verdade, elas são neutras", diz e lembra que as isenções podem levar a uma redução de arrecadação por meio do consumo, com necessidade de contrapartida. "E o melhor lugar para compensar isso é justamente na renda dos mais ricos", propõe a economista.

Em relação às projeções sobre o aumento ou diminuição da receita para Saúde e Educação, Marcelino entende que ainda é cedo para saber. "Acho que temos que esperar um pouco ainda. Creio que os valores para a Educação tendem a ser preservados num primeiro momento. A questão será como os novos tributos responderão, via vinculação, às dinâmicas da economia", explica.

O economista da Abres acrescenta a preocupação da pouca autonomia dada aos municípios para gerir seus recursos, uma vez que a reforma pode agravar uma tendência de centralização de recursos por parte da União. Nos cálculos feitos pela Abres, na atual divisão dos tributos da União fica com 57% de tudo que se arrecadou, estados com 25% e municípios com 18%. "A centralização da competência de tributar na União, e contraditoriamente, há crescentes obrigações por parte dos municípios nas áreas sociais, que têm levado a um crescimento de romarias de prefeitos a Brasília", conta. Em sua avaliação, a criação do IBS torna os municípios mais dependentes dos repasses de instâncias superiores e a falta de competência para os municípios criarem seus tributos incentiva a busca individual por recursos, assim como aumenta a importância das emendas parlamentares. Para Funcia, a possibilidade de editar aumentos do IPTU, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é insuficiente. "Nós precisaríamos discutir uma reestruturação da competência de tributar no Brasil, de tal forma que aumentasse a participação dos tributos municipais. A discussão da reforma tributária não pode ficar restrita ao tema em si, ela tem que discutir como possibilitar uma maior distribuição de recursos entre as três esferas de governo, porque tributo é financiamento de despesas", opina.

Justiça tributária

Uma das mudanças mais esperadas da reforma, que levaria ao aumento da arrecadação e o consequente aumento de recursos previstos pela Constituição para Saúde e Educação, ficou para uma suposta segunda etapa. “Eu achava que a parte da renda seria a primeira a ser alterada”, confessa Nascimento, sob o argumento de que esta seria a parte mais fácil. “O Imposto de Renda é progressivo e bem estabelecido. A gente só precisa estratificar mais as rendas ou aumentar a alíquota máxima”, analisa. Ela considera uma boa fatia a arrecadação do Imposto de Renda representar 22% do país, mas é preciso uma cobrança mais justa. “Quando a gente pensa que 5% da população brasileira ganha acima de R\$ 5 mil, então ele está tributando os mais ricos. Mas não é bem isso, porque dentro desses 5%, há pessoas que ganham R\$ 300 mil por mês e que pagam os mesmos 27,5%, o que torna o IR regressivo na última faixa de renda”, compara.

De acordo com os entrevistados desta reportagem, a proposta aparentemente mais promissora dessa primeira fase é a inclusão de uma taxa progressiva na transferência de título de propriedade, tanto no país quanto no exterior. Atualmente, a arrecadação sobre a propriedade responde por 5% da arrecadação. Apesar de a progressividade estar prevista, a alíquota máxima se manteve em 8% sobre a diferença entre o valor pago pelo imóvel e o valor vendido. “Se houvesse uma elevação do percentual atual, em 8%, nós teríamos um potencial grande de receita”, projeta Marcelino.

O texto também prevê o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), taxa de veículos aquáticos, como lanchas e iates, e aéreos, como jatinhos. No entanto, na avaliação de Nascimento e Marcelino, o impacto dessa inclusão é simbólico. “Havia uma defesa de que iates e helicópteros fossem taxados, mas a renda é tão concentrada que o efeito será a demonstração de justiça, mas não creio que a mexida do IPVA vá avançar na arrecadação”, diz Nascimento.

A professora acrescenta que outras formas de taxa das riquezas são necessárias para a diminuição da desigualdade, como um imposto sobre operações financeiras e propriedade, mas explica que isso representa uma parcela muito pequena da nossa carga tributária. Segundo ela, entre os impostos de propriedade já existentes e que poderiam resultar em mais receita está o ITR, Imposto Territorial Rural. “O principal problema desse imposto é que ele é autodeclarado”, e, de acordo com Nascimento, é difícil para o Estado fiscalizar o tamanho real da área – diminuída – e o que é área utilizada – inflada.

Nascimento defende também a taxa de lucros e dividendos, que hoje são isentos no Brasil.

“Uma pessoa pode ganhar R\$ 300 mil por mês e ter a maior parte [dessa renda] isenta porque a declaração é feita como lucros e dividendos”, exemplifica e contesta o argumento de que a taxa de lucros e dividendos poderia inibir investimentos e o crescimento da economia. “Essa ideia de que a gente não pode tributar os mais ricos porque são eles que investem nunca foi observada na realidade. A teoria existe, mas empiricamente isso nunca foi observado. Pelo contrário, a partir dos anos 1980 e, principalmente, de 2000 em diante, com uma desregulamentação do mercado financeiro, o que houve foi um acúmulo de renda na mão dos mais ricos em ativos financeiros que não geram consumo ou emprego, apenas renda de juros”, diz.

A combinação de incentivos fiscais à indústria com juros baixos para fomentar determinados setores, em especial os inovadores, aliada ao aumento dos tributos para os mais ricos, é vista como uma boa combinação para geração de empregos e diminuição da desigualdade. “Diminuir a taxa de juros é uma política monetária expansionista, com o objetivo de expandir o PIB, a produção interna. Já o aumento dos tributos é uma política fiscal contractionista, porque, em tese, retira renda da população. Mas se esse aumento está focado nos mais ricos, há a redução da desigualdade”, explica.

Em paralelo à aprovação da reforma, ainda no final de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a tributação de 15% sobre fundos exclusivos, formados por fortunas acima de R\$ 10 milhões e *offshores*, ou seja, aplicações financeiras no exterior. De acordo com reportagem do G1 de 14 de dezembro, os cálculos do governo mostram que existem 2,5 mil brasileiros com renda no exterior e a expectativa é arrecadar R\$ 30 bilhões até 2025. Nascimento elogia a iniciativa, mas pondera que, assim como o IPVA para jatos e iates, essa medida é simbólica. “Isso não significa dizer que essa é uma arrecadação irrelevante, mas a taxa dos fundos não costuma ser alta porque não é possível acabar com o patrimônio. É preciso taxar rendimentos, lucros e dividendos”, avalia.

Mesmo sendo uma iniciativa bem-vinda, os analistas ouvidos pela reportagem aguardam mais recursos para as áreas sociais e esperam que a segunda etapa da reforma, que deve incidir sobre a renda, venha em seguida. Funcia lembra que os gastos com Saúde no Brasil respondem a 9,6% do PIB, sendo apenas um terço custeado com recursos públicos. Já Marcelino se refere à Educação pública, cujo investimento atualmente corresponde a 5% do PIB, e segue com a meta de alcançar os 10%, conforme prevê o Plano Nacional de Educação atual (ver matéria na pág. 2). ●





No momento em que esta edição da Poli estava sendo concluída, no final de dezembro passado, o mundo tinha notícia das primeiras iniciativas do novo governo argentino. Enquanto decisões como o corte de orçamento e a desvalorização da moeda expressavam a pauta econômica da austeridade, um pacote de medidas repressivas contra manifestações de rua reforçava o caráter parcial, relativo e, contraditoriamente, autoritário do discurso de liberdade adotado pela extrema-direita que tem crescido. No mesmo período em que a eleição de Javier Milei recolocou a América Latina nesse tabuleiro da ultradireita mundial, a Europa, onde essas experiências têm sido mais fartas, viu outro país votar massivamente num líder desse espectro político - embora não se soubesse ainda se conseguiria formar governo, Geert Wilders tinha conquistado a vitória eleitoral na Holanda.

Além das semelhanças que permitem constatar que se trata de um fenômeno mundial, há diferenças na forma como esses processos acontecem aqui e lá? No caso específico da Argentina, que fatores internos e externos contribuíram para um resultado que até bem pouco tempo parecia improvável? No mundo e na América Latina, qual a responsabilidade das esferas na ascensão de governos e movimentos de extrema-direita? Essas e outras questões são analisadas nesta entrevista pela pesquisadora Rejane Hoeveler, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que também realça aspectos da conjuntura brasileira recente.

CÁTIA GUIMARÃES E
PAULO SCHUELER

“ESSA NOVA DIREITA SÓ ACEITA A DEMOCRACIA DA BOCA PRA FORA”

Rejane Hoeveler

A EXTREMA-DIREITA VEM CRESCENDO EM VÁRIAS PARTES DO MUNDO. RECENTEMENTE, NO FINAL DE 2023, JAVIER MILEI FOI ELEITO PRESIDENTE DA ARGENTINA E, EMBORA NÃO SE SAIBA AINDA SE VAI FORMAR GOVERNO, GEERT WILDERS FOI O MAIS VOTADO NOS PAÍSES BAIXOS. ESSES SÃO SINTOMAS DE UM MESMO FENÔMENO?

De fato, essas duas notícias no segundo semestre de 2023 nos obrigam a reconhecer que essa ascensão global de forças de ultradireita veio para ficar e ainda está longe de se desvanecer. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que as condições sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais que são o chão histórico, o solo fértil, para o nascimento e o crescimento de fenômenos como o bolsonarismo no Brasil, o trumpismo nos Estados Unidos e a eleição de Boris Johnson na Inglaterra, permanecem. Há também processos que não são propriamente eleitorais, como o Brexit, no qual a islamofobia e a questão antimigratória da Europa, que é extremamente racista, esteve muito mais presente. Então, de fato, esses dois resultados eleitorais foram bastante desanimadores, em países em que se tinha como praticamente impossível que pensamentos negacionistas, por exemplo, chegassem ao poder. Quando Bolsonaro ganhou no Brasil, a gente olhava para a Argentina quase com inveja, porque eles tinham uma política de direitos humanos bem instituída e elaborada, lá a transição democrática foi diferente, teve justiça de transição e tem uma certa educação, digamos assim, no sentido de evitar negacionismos. Então, a gente achava que na Argentina seria difícil [um governo desse tipo], embora, desde 2019, as direitas latino-americanas estivessem fazendo um esforço muito grande para encontrar um Bolsonaro argentino.

“**EM CERTO MOMENTO A ANTIPOLÍTICA SAI DO SOFÁ E VIRA UMA FORÇA POLÍTICA ATIVA”**

MILEI É UM BOLSONARO ARGENTINO?

Ele é e não é. Digamos que ele é, mas com algumas diferenças, tanto para pior como para melhor. A plataforma anarcocapitalista, como ele fala, com a sigla Ancap, é muito pior e vem com uma radicalidade e força muito maior em comparação ao que era o [ex-ministro da economia] Paulo Guedes, que não foi um ponto central na campanha do Bolsonaro, embora tenha sido importante. No mais, eles compartilham grande parte das posições como, por exemplo, misoginia, homofobia e racismo. O Milei fala que províncias inteiras da Argentina, como Jujuy e Salta, não deveriam ser parte do país por questões étnico-raciais, porque ele só considera como argentinos os brancos. Então, o racismo no Milei também é muito acentuado. E, embora ele não tenha um passado militar como o Bolsonaro ou uma ligação tão grande com as Forças Armadas, a vice-presidente dele cumpre esse papel de fazer a ponte com militares e viúvas da ditadura militar de lá.

QUE FATORES DA CONJUNTURA ESPECÍFICA DA ARGENTINA PODEM SER APONTADOS COMO CAPAZES DE MODIFICAR TANTO ESSE CENÁRIO, FAZENDO COM QUE O PAÍS OPTASSE POR UM CAMINHO DE ADESÃO À EXTREMA-DIREITA, DIFERENTE DO QUE SE PREVIA?

Essa é a questão de um milhão de dólares. Obviamente tem a questão da subida da inflação, principalmente da metade para o final do mandato do [ex-presidente] Alberto Fernández. E tem o fato de que

o peronismo se dividiu bastante. Teve uma crise interna e o Sergio Massa [que disputou contra Milei] não era o candidato favorito da militância orgânica peronista, porque ele vem mais da direita, tinha rompido com o kirchnerismo e só muito recentemente se reaproximou. Há aqueles fenômenos que atravessam países, relacionados, por exemplo, à precarização do trabalho, especialmente entre os jovens, à dificuldade de se manter na escola e na universidade pública, aquelas questões que dificilmente seriam solucionadas por apenas um governo. E acho que tem um elemento um pouco de reação a conquistas que foram realizadas nos últimos anos, por exemplo, pelo movimento feminista, como a aprovação do aborto. Isso foi uma iniciativa do governo e deixou as direitas absolutamente enfurecidas. Tem a questão antiCristina Kirchner muito forte, que é bastante misógina e [expressa] também uma operação de *lawfare* contra ela, com anos e anos de campanha midiática na qual predomina o sentimento antipolítica. Então, em certo momento essa quantidade vira qualidade, a antipolítica sai do sofá e vira uma força política ativa. Foi isso que aconteceu na Argentina. Começou com aqueles protestos para queimar máscaras [de proteção contra o novo coronavírus] no Obelisco, com o negacionismo científico, negacionismo da vacina, que chamava o governo de Fernandez de uma “infectadura” porque aplicou as medidas da quarentena de maneira mais ou menos séria. Tem todos esses fatores.

AS SEMELHANÇAS ENTRE ESSE CRESCIMENTO DA EXTREMA-DIREITA EM DIVERSOS LUGARES ESTÃO SENDO APONTADAS O TEMPO INTEIRO, MAS, NA MEDIDA EM QUE ISSO CHEGA A UM PAÍS COMO O BRASIL E AGORA À ARGENTINA, É POSSÍVEL IDENTIFICAR TAMBÉM DIFERENÇAS EM RELAÇÃO A ESSE FENÔMENO NA EUROPA, SOBRETUDO CONSIDERANDO A DISTINÇÃO ENTRE CENTRO E PERIFERIA DO CAPITALISMO?

Eu acho que seria difícil apontar todas as diferenças, mas a gente pode indicar algumas. A primeira delas talvez tenha relação com a própria divisão internacional do trabalho e o papel que as ideologias nacionalistas ou nativistas - que são nacionalismos radicais como dizem alguns autores, como o historiador Xavier Casals, de Espanha -, têm no norte global. A França tem uma particularidade, porque lá a maior força da extrema-direita, que é da Marine Le Pen, defende direitos sociais, só que para os ‘nacionais’. Isso é o que alguns autores também chamam de populismo de direita - um conceito de que eu discordo, mas que vem caracterizar justamente esse tipo de ultradireita, aquela que defende, digamos, um Estado de Bem-Estar social, só que limitado aos cidadãos nacionais, ou seja, que deixa de fora os imigrantes. Com isso está-se excluindo uma

boa parte da sociedade daquele conjunto de políticas, criando uma hierarquização social oficialmente, para além daquela que já é dada pelas desigualdades do capitalismo. Eles têm um ativismo, um nacionalismo que permite, inclusive, a defesa cínica, muitas vezes, de medidas protecionistas.

O nacionalismo de Milei e de Bolsonaro é capenga, para dizer o mínimo, porque são de uma subserviência historicamente inédita, principalmente a um setor político dentro dos Estados Unidos, que é o trumpismo. É uma coisa inédita na história das relações internacionais, da diplomacia, o fato de que o Milei, recém-presidente eleito, está tratando mais com o Bolsonaro e com o [Donald] Trump do que com [Joe] Biden e Lula. São candidatos que se elegem já afirmando que vão governar para aquilo que eles consideram cidadãos de bem, que não vão governar para todos. Isso é uma coisa em comum entre eles. Mas, voltando às diferenças, acho que a principal é essa: que o nosso nacionalismo é de um caráter distinto do nacionalismo que adotam as ultradireitas dos países imperialistas.

O MUNDO VIVEU UMA CRISE ECONÔMICA EM 2008, QUE TEVE REFLEXOS DURANTE MUITO TEMPO E MUITOS AUTORES DIZEM QUE AINDA NÃO ACABOU. ESSE CONTEXTO AJUDA A EXPLICAR A ASCENSÃO DESSES MOVIMENTOS DE EXTREMA-DIREITA NO MUNDO E, PARTICULARMENTE, AQUI NA AMÉRICA LATINA?

O que eu vou falar é um pouco polêmico. Mesmo em análises críticas de intelectuais de parte da esquerda, é um pouco um lugar comum, quase um consenso, atribuir esses fenômenos à crise. Só que o capitalismo é um sistema de crises cíclicas. O capitalismo já é um desastre funcionando bem, ele já gera bastante miséria, pobreza, desigualdade e expropriações. Então, eu tomo muito cuidado em fazer

essa relação de que se tem crise, logo, surge a extrema-direita. Acho que não é bem assim, porque, inclusive, isso desconsidera a parte militante de investimento em organizações, movimentos, partidos, ONGs, institutos, *think tanks*, canais de Youtube, redes sociais, os partidos digitais... Esses caras estão fazendo isso há muito tempo - por isso eu falei que desde 2019 eles estavam buscando um Bolsonaro argentino. As mesmas forças que atuaram aqui no Brasil, como o MBL [Movimento Brasil Livre], que é o *Students for Liberty*, existem lá [na Argentina]: eles têm a *Fundación Libertad*, a *Fundación Libre*, uma série de aparelhos privados de financiamento empresarial. Eles têm um projeto, têm métodos, inclusive, de atuação que são globais. A gente não pode desprezar isso.

O FIM DO BLOCO SOVIÉTICO CONTRIBUIU PARA QUE, MUNDIALMENTE, UMA PARTE DA DIREITA CLÁSSICA SE PERMITISSE RADICALIZAR?

Sim, mas quando tem o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, o discurso dominante na mídia e entre intelectuais orgânicos da política externa americana, que acabaram influenciando bastante esse debate, era da vitória do capitalismo. Para o [Francis] Fukuyama, por exemplo, era a vitória especificamente de um modelo que incluía uma economia de mercado e uma democracia liberal. Essa nova direita não está nesse registro porque ela rejeita a democracia, só aceita a democracia da boca para fora, tacitamente, para ter a sua legitimação pelos mecanismos eleitorais. Ela já mostrou que despreza [a democracia] e a gente viu, caso após caso, que os candidatos autoritários cumprem as suas promessas. Essa história de achar que [os políticos de extrema-direita] vão ser domados não existe.

Na medida do possível, no Brasil as instituições foram bolsonarizadas, e a gente está sentindo efeito disso até hoje, mesmo com a mudança de governo. Isso é para mostrar como o enraizamento desse pensamento, dessa ideologia, dessa militância, é muito grande. Mas voltando à questão: esse pessoal não está fazendo o mesmo discurso do Fukuyama. Eles estão dizendo que o “marxismo cultural” está vencendo. Na verdade, a cadela do fascismo sempre está no cio, nunca deixaram de existir as possibilidades mais truculentas de dominação social. E claro que as crises agravam, embora não gerem isso porque a política tem a sua autonomia. Quando a globalização capitalista e neoliberal se aprofunda nos quatro cantos do mundo, isso causa um impacto na correlação de forças internacionalmente, ajuda a aprofundar as derrotas dos projetos coletivos da classe trabalhadora, dos projetos alternativos, projetos de outras sociabilidades que não seja a capitalista. Essa coisa de ideologia de gênero, por exemplo, vem também desde os anos 1990. Todas as direitas estavam formulando, mas elas não estavam aparecendo tanto como forças políticas institucionais porque a correlação de forças não permitia. Agora permite. E agora é pior ainda, porque elas se apropriaram do signo da rebeldia enquanto a esquerda ficou vinculada a uma coisa obsoleta como a defesa de constituições, por exemplo, no caso do Brasil. No Chile é diferente porque foi a derrota de um levante social gigantesco em 2019 e que termina agora com o desastre e uma possibilidade forte de a ultradireita ganhar as próximas eleições lá também.

NA ARGENTINA, OS JOVENS FORAM FUNDAMENTAIS PARA A VITÓRIA DO MILEI. MUNDIALMENTE, EXISTE ALGO COMO UM FENÔMENO DE CAPTURA DA REBELDIA JUVENIL PELO REACIONARISMO?

A juventude, historicamente, pelo menos desde a segunda metade do Século 20, 1968, tem um papel fundamental, geralmente, para causar mudanças e rupturas progressistas. Sobre a Argentina, tem um livro incontornável, do Pablo Stefanoni, que é ‘*La rebeldía se volvió de derecha?*’, que tem uma boa análise. Qual é a questão? Tem uma hora em que o sentimento de desesperança e falta de perspectiva no futuro é muito grande... É a ideia de que no passado havia mais futuro. Vou dar um exemplo de como a esquerda não tem conseguido responder a isso. Um dos *slogans* do Sergio Massa na eleição para rebater isso era ‘*o derecha o derechos*’ [ou direita ou direitos], remetendo aos direitos sociais, obviamente. Só que tem um problema, porque a maior parte dos trabalhadores, especialmente dos jovens precarizados ou desempregados mesmo, já não têm direitos, então eles não têm o que defender. Além disso, é importante pontuar que essa é uma geração que não viveu 2001 [a crise econômica argentina], que viveu basicamente durante os governos kirchneristas, como é o caso também de vários jovens que são da direita no Brasil, que só viveram os governos do PT. Mas essa é a questão: a esquerda está comprometida demais com a defesa de uma coisa que está se acabando – e olha que a Argentina, para parâmetros latinoamericanos, ainda tem um índice de emprego formal e de sindicalização relativamente alto. Quando eles fazem greve geral, é greve geral mesmo. Mas essa juventude já não está encontrando esse espaço, ela não está mais encontrando aquela figura que está muito bem sintetizada no personagem do Agnaldo, pai da Mafalda [personagem de quadrinhos do cartunista Quino], que é aquele trabalhador fordista, com horário de jornada e férias. E aí aparece um sujeito como o Milei que tem, de fato, um carisma – é inegável que ele é carismático, ao

contrário do Bolsonaro – que diz que vai romper o sistema todo.

A gente tem que compreender o fenômeno, e não xingar as pessoas de burras. É tipo assim: já que é para não ter nada, então vamos arrebentar com tudo que ainda tem. Já que o mundo vai acabar, eu não quero esperar mais, quero que ele acabe logo para eu ver se vou sobreviver e como. Talvez seja um pouco psicologizante essa minha explicação, mas escutando entrevistas de jornalistas com eleitores militantes da campanha do Milei, é bastante isso que eles trazem. Fora que tem uma misoginia muito forte. A maioria dos militantes e votantes [pró-Milei] são homens e isso também é uma divisão que se assemelha ao bolsonarismo.

MUITOS AUTORES ARGUMENTAM QUE, COM A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CONSENSO NEOLIBERAL NO MUNDO, AS ESQUERDAS PASSARAM A SER CADA VEZ MAIS ADMINISTRADORAS DA ORDEM, CADA VEZ MAIS PARECIDAS COM A DIREITA QUANDO SE TORNAM GOVERNOS. AS DECISÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E ESTRATÉGICAS QUE FORAM SENDO TOMADAS PELAS ESQUERDAS AO LONGO DESSES ÚLTIMOS 40 ANOS TÊM RESPONSABILIDADE NA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA?

Com certeza. De fato, talvez a maior parte das correntes de esquerda no cone sul, se tornaram bastiões de uma democracia burguesa que a própria burguesia despreza – porque não vê problema nenhum em abrir mão dos marcos democráticos fundamentais em nome de, muitas vezes, tirar essa mesma esquerda moderada do poder. Pensando em termos de Brasil, Argentina e Chile, com certeza, a gente enxerga isso. Por mais que a Dilma [Rousseff] tentasse agradar o mercado e colocasse Joaquim Levy [como ministro da Fazenda], tivesse um programa fiscalista de Estado, com contenção de gastos etc., eles nem isso aceitaram. E assim se passou de uma chave da colaboração de classe para uma chave da guerra social aberta a partir de 2016, com o golpe contra a Dilma e com o [Michel] Temer assumindo o governo. A esquerda se tornou não só o bastião dessas instituições republicanas que são tão frágeis na América Latina como aplicadora de uma política de gestão da barbárie capitalista, gestão da pobreza extrema, como as políticas focalistas defendidas pelo Banco Mundial. Por mais que seja muito pior sem isso, o que a gente viveu e ainda vive um pouco são políticas de gotejamento social, que servem pra amenizar os efeitos mais deletérios da questão social. Nós estaríamos muito pior enquanto país se tivesse sido a direita [a governar] esses anos todos, isso é um fato. Mas isso deixa as lutas sem direção ou com uma direção muito voltada para a institucionalidade, ceifando um pouco da sua autonomia política. Porque as lutas nunca deixaram de existir.

A Argentina tem uma particularidade. Porque o peronismo como uma força social e política tem um peso, o chamado peronismo de esquerda, as juventudes kirchneristas mobilizam bastante, muito mais, comparativamente, do que o PT no Brasil. Eu acredito que em grande parte por causa disso, eles conseguiram evitar até o momento a prisão da Cristina [Kirchner], enquanto no Brasil não conseguimos evitar a prisão de Lula. No Chile a gente tem a esquerda colaborando com a continuidade de um modelo neoliberal implementado pela ditadura do [Augusto] Pinochet, que foram os anos de *concertación*. Não por acaso, em 2019 [o mote] era “não são por 30 centavos, são por 30 anos”. O Chile é um exemplo dessa adesão da esquerda moderada à institucionalidade, no sentido não de apenas ocupar aquele lugar mas de ser dirigido por aquele lugar. Essa é a questão: aceitar as regras do jogo de democracias extremamente limitadas, restritas, que já nasceram frágeis e vêm sofrendo uma série de abalos, com uma série de reformas constitucionais.

COMO VOCÊ COMENTOU, NO CHILE, UM GOVERNO QUE NASCE DE UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL MUITO GRANDE VEM PERDENDO CAPITAL POLÍTICO E SENDO DERROTADO NO PONTO DE VISTA LEGISLATIVO. ENQUANTO ISSO, APARENTEMENTE, O GOVERNO DE GUSTAVO PETRO, NA COLÔMBIA, TEM APOSTADO NUMA MOBILIZAÇÃO DE MASSA MAIOR, QUE TERIA CONSEGUIDO ALGUNS AVANÇOS. ESSA COMPARAÇÃO É CORRETA? HÁ OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA QUE MERECEM DESTAQUE NESTA ANÁLISE?

A América Latina tem cenários muito diversos. Você mencionou dois que estão sendo bastante relevantes, e acredito que são dois exemplos opostos de o que deve ser uma esquerda no

poder. Acredito que o Petro, na Colômbia, está fazendo um mandato exemplar no sentido de não somente não desmobilizar, mas entender que, num continente onde a gente é ameaçado por golpes só por sonhar com soberania, ele só vai conseguir aplicar mudanças econômicas e políticas positivas para a população com o povo na rua, com mobilização sustentando o governo. Então, o Petro está sendo, na minha opinião, mais realista, não mais radical. Ele não é nenhum comunista revolucionário, é um governo que apenas está zelando pela soberania colombiana e tentando desfazer os anos de desastres, principalmente em termos de direitos humanos, legados pelo uribismo [de Álvaro Uribe], que governou durante muito tempo, e é ainda uma força de ultradireita na América Latina. Eles têm uma extrema-direita uribista fortíssima lá: a senadora Maria Fernanda Molina Cabal, por exemplo, foi aluna de Olavo de Carvalho e é amiga de Eduardo Bolsonaro. Então, é um governo que sabe que está permanentemente ameaçado e, portanto, procura usar as armas que tem – não somente legais, institucionais, jurídicas mas também a do chão social. É um governo que, se perder, vai perder lutando. O contrário do [Gabriel] Boric, que é um governo que, desde o início, foi extremamente frágil politicamente, fazendo concessões atrás de concessões para a direita e não teve iniciativas políticas relevantes no que diz respeito àqueles temas que são mais sensíveis e mais caros à população, como a questão dos fundos de pensão, da previdência. Ao contrário, ele deu continuidade, por exemplo, à questão da militarização do sul, da Araucanía, onde está o foco da luta dos *mapuches* [etnia indígena] contra as madeiras. Enfim, o conjunto do governo Boric foi uma decepção. Esperamos que ele consiga – acho que conseguirá – terminar o mandato, mas vai ser muito difícil para a esquerda chilena

o próximo período. A derrota do plebiscito que aprovaria ou não a nova proposta de Constituição em 2022, que era uma proposta absolutamente moderna, no sentido positivo da palavra – de uma Constituição adequada às questões relevantes mundiais do Século 21, com a catástrofe climática, os direitos dos povos originários, equidade de gênero, como direito reprodutivo da mulher, direito da natureza, além de direito trabalhista, desprivatização da água, que é uma coisa importantíssima para Chile – enfraqueceu ainda mais. Foi uma derrota muito grande. [Em dezembro de 2023, após a realização desta entrevista, um segundo plebiscito novamente recusou uma proposta de texto constitucional, dessa vez produzido sob influência da extrema-direita].

QUAL O REAL PAPEL DAS FAKE NEWS E DA INDÚSTRIA DA DESINFORMAÇÃO QUE CRESCE A PARTIR DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA?

Eu acho que isso tem que ser mais estudado, porque não está muito claro ainda, por exemplo, qual foi o real papel da *Cambridge Analytica* na eleição da Argentina de 2015, quando eles assessoraram o PRO [partido político Proposta Republicana]. Mas eu acho que o peso é muito grande. Muitos autores já mostraram como as plataformas das redes sociais lucram com a política do ódio, ou seja, ali é um espaço onde é muito mais fácil circular um discurso de ultradireita do que um discurso de esquerda ou de extrema-esquerda. Isso é uma diferença muito grande. As *fake news* e os partidos digitais, que são as formas de organização contemporânea da ultradireita, são partidos também, no sentido gramsciano [de Antonio Gramsci], atravessam as comunicações e as subjetividades de uma forma que coloniza. Não que isso seja planejado, porque não é uma teoria da conspiração, mas o que a gente está vendo acontecer, principalmente entre os jovens, é que toda a sociabilidade está atravessada por um modelo doentio, que adoce e contribui para esse cenário no qual as pessoas vão buscar na ultradireita uma alternativa. Não é só o nível de que eles permitem a propaganda negacionista, da ultradireita, eles incentivam. Esse mundo é extremamente nocivo para a nossa saúde. Contribui para o adoecimento e para essa sensação do presentismo contínuo, como diria o Fredric Jameson, para essa ansiedade contemporânea. Está todo mundo com crise de ansiedade ou de pânico porque é um mundo no qual você precisa mostrar a produtividade máxima, a performance máxima, a perfeição. Inclusive, as relações de trabalho estão permeadas por isso, não é só uma opção de *hobby*. Enfim, acho que há muito ainda a ser estudado, quiçá a psicanálise e os estudos culturais nos tragam também contribuições para pensar isso. Mas a necessidade de regulação [das plataformas] é iminente, é urgentíssima, porque elas podem fazer o que quiserem. ●

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

*Comida de verdade
na boca do povo*

PAULO SCHUELER

No último bimestre de 2023, dois eventos, o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), colocaram em pauta a relação entre a qualidade do que se come e a forma como esses alimentos são produzidos. O primeiro reuniu cerca de 5,5 mil inscritos no Rio de Janeiro, entre 20 e 23 de novembro; e o segundo, 2 mil pessoas em Brasília, entre 11 e 14 de dezembro. Os temas escolhidos para os dois encontros não poderiam ser mais claros e coincidentes: 'Agroecologia na boca do povo' e 'Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade', respectivamente.

Comida de verdade, como definido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), é a que promove alimentação adequada e saudável. Desde 2007, quando ocorreu a 3ª CNSAN, consolidou-se a formulação de que isso "pressupõe a garantia ao acesso permanente e regular a alimentos produzidos de forma socialmente justa, ambientalmente sustentável e livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados". Trata-se de um conceito que dialoga diretamente com a pauta da agroecologia e que, no curto espaço de tempo entre os dois eventos, sofreu uma derrota importante com a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei 1.459/2022, conhecido como 'PL do Veneno', que flexibiliza o uso dessas substâncias. "Todas as pessoas devem ter acesso à alimentação adequada e saudável, que esteja condizente tanto com a etapa biológica de sua vida quanto com a sua cultura e seus hábitos, e que esses alimentos precisam ser cultivados e comercializados considerando a sustentabilidade econômica social e ambiental", defende a presidente do Consea, Elisabetta Recine.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), organizadora do 12º CBA, define o termo como uma "ciência, movimento político e prática social" que "articula diferentes áreas do conhecimento" para "desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões". "As ações positivas que são apresentadas pela agroecologia

trazem a crítica ao modelo dos sistemas alimentares, inseridos no que eu chamo de lógica neoextrativista, detentor de um poder avassalador. Contra isso, propomos uma transição agroecológica e outras formas de economia solidária que contemplem os princípios da saúde. A soberania alimentar e nutricional depende de políticas de educação que estejam integradas com políticas de saúde, que por sua vez precisam de políticas de proteção ambiental. Sem essa integração, as políticas públicas não conseguirão fazer transformações que são improrrogáveis e incontornáveis, diante de uma realidade de crise ecológica", afirma o pesquisador Alexandre Pessoa, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

No Dicionário de Agroecologia e Educação, publicado em parceria pela EPSJV/Fiocruz e a Editora Expressão Popular em 2021 e disponível em acesso livre no portal da instituição, as autoras do verbete Agroecologia, Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva explicam que ela vem sendo "reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo,

como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário".

Foi para a promoção desse tipo de agricultura que, no 12º CBA o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, anunciou que em março deste ano será relançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida da população com a oferta e o consumo de alimentos saudáveis. Lançada em 2012 e premiada pela Organização das Ações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) por seu ineditismo, a PNAPO foi inviabilizada entre 2019 e 2022 com a extinção da Comissão e da Câmara de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). "Precisamos fazer uma mudança agroecológica. O meio ambiente está reclamando forte, precisamos nos preparar para uma transição da agricultura. Por isso temos que ter outra cultura, orgânica. Estamos retomando o apoio às iniciativas de promoção da transição agroecológica, dos sistemas agroalimentares sustentáveis e o fortalecimento de redes de produção orgânica", afirmou Teixeira, durante o congresso.



JULIANA CHALITA / GREENPEACE BRASIL

Um clima hostil?

De fato, em nome do lucro imediato, e na contramão da agroecologia, o modelo do agronegócio tem aumentado também os riscos para a disponibilidade de alimentos para as futuras gerações ao contribuir para o empobrecimento e erosão dos solos, o consumo abusivo de água, contaminação de lençóis freáticos e a emissão de gases que geram o aquecimento da atmosfera. Em outubro de 2023, o Observatório do Clima divulgou o relatório 'Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa dos Sistemas Alimentares no Brasil', que estimou que a produção de comida responde por 74% das emissões brutas de gases-estufa do país. Desse percentual, mais de três quartos (78%) das emissões é gerada apenas pela cadeia da carne bovina. Quando divulgou o estudo, o Observatório divulgou nota afirmando que "se fosse um país, o bife brasileiro seria o sétimo maior emissor do planeta, à frente do Japão". Pouco mais de um mês depois, estudo divulgado pelo MapBiomias mostrou que a abertura de novas áreas de pasto foi responsável pela perda de 84 milhões de hectares de vegetação natural no território que se estende da Amazônia às nascentes de seus principais rios entre 1985 e 2022.

As consequências, aliás, não são apenas para as futuras gerações. Em 7 de dezembro de 2023, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou sua projeção para a safra 2023/24 com a previsão de 312,3 milhões de toneladas, 2,4% abaixo da obtida na safra 2022/23, de 319,97 milhões de toneladas. De acordo com a Conab, a justificativa para a queda está na baixa ocorrência de chuvas e nas altas temperaturas registradas no Centro-Oeste, em paralelo ao excesso de precipitações no Sul. Tais fenômenos, que tendem a se agravar ao longo deste ano com o fortalecimento do atual ciclo do *El Niño*, afetaram o desenvolvimento de culturas como a soja e o trigo, impactando também o resultado do próprio agronegócio. Há reflexos

em outras culturas, como algodão e café, e na pecuária o gado – seja de corte ou de leite – que estão com a produtividade reduzida diante da exposição ao calor e da queda de qualidade dos pastos.

Quem mais sofre com esses fenômenos, no entanto, são os pequenos produtores da Agricultura Familiar. O estudo 'Mudanças Climáticas e Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos Regionais e por Cultivo Familiar e Patronal', de Tarik Tanure, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 2020, serviu de subsídio para acordo de cooperação entre o Observatório do Clima e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ao ter estimado a perda de produtividade de diferentes culturas no Brasil a partir dos cenários de aquecimento global estimados pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima (IPCC). "Os cultivos de mandioca, milho e feijão, típicos da agricultura familiar, seriam impactados com perda de produtividade", afirma Tanure, no estudo.

Ainda de acordo com a pesquisa de Tanure, o impacto das mudanças climáticas na agricultura familiar deve agravar as desigualdades e deteriorar as condições de segurança alimentar no Brasil – segundo o Anuário da Agricultura Familiar de 2023, produzido pela Contag em colaboração com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a agricultura familiar brasileira é a oitava maior produtora de alimentos do mundo.

A comida e a saúde

Em 2019, ao elencar seus dez principais desafios globais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu a crise climática – o organismo estima que as mudanças climáticas causem 250 mil mortes por ano, entre 2030 e 2050, devido à "desnutrição" e "diarreia", além de estresse por calor e malária. Outro item, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, como diabetes, câncer e doenças cardiovasculares, que são responsáveis por cerca de 70% de todas as mortes no mundo, é apresentado pela OMS como decorrente de cinco fatores de risco, que incluem "dietas pouco saudáveis" ao lado de uso do tabaco, inatividade física, uso nocivo do álcool e poluição do ar.

A subalimentação crônica, nível mais extremo de insegurança alimentar, atingiu 4,7% dos brasileiros entre 2020 e 2022, cerca de 10 milhões de pessoas, segundo o relatório global 'Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo', divulgado em julho pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Também com foco no Brasil, em julho de 2023 uma parceria entre Fiocruz, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Instituto Nacional de Câncer (Inca) divulgou o documento 'Por uma política tributária nacional justa, que combata a fome e garanta alimentação adequada, saudável e sustentável'. O texto afirma que o sistema alimentar atual prioriza a produção e o consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil. "Os alimentos ultrapro-

cessados estão mais baratos pela sua matéria-prima de baixo custo, sendo seus principais insumos a soja e o milho. A baixa perecibilidade e a distribuição massiva em todo o território também corroboram os preços reduzidos. As terras agricultáveis brasileiras têm como prioridade a produção de *commodities* (soja, milho e cana-de-açúcar), e há incentivo para exportação e menor oferta no mercado interno de produtos básicos como arroz, feijão, carne, vegetais e frutas; seus preços sobem, e caem compra e consumo. A crise climática diminui a produção de alimentos, o que faz crescer os preços, reduzindo o acesso para pessoas em situação de insegurança alimentar. O excesso de peso reduzirá a expectativa de vida em cerca de 3,3 anos e resultará em uma redução de 5% do PIB do Brasil nos próximos 30 anos", alerta o texto.

Por sua vez, o estudo 'Diferenças no consumo alimentar da população brasileira por raça/cor da pele em 2017-2018', elaborado pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da USP e divulgado em 2022, aponta que nos dez anos compreendidos entre 2008 e 2018, o consumo de ultraprocessados aumentou 5,5% no Brasil, e que tais alimentos eram responsáveis por 20% das calorias consumidas pelos brasileiros. Em maio de 2023, o trabalho 'Mortes prematuras atribuíveis ao consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil', liderado pelo pesquisador do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (Obha) da Fiocruz, Eduardo Nilson, em colaboração com pesquisadores do mesmo Nupens, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Universidad de Santiago de Chile, atestou que mais de 10% dos óbitos de pessoas entre 30 e 69 anos de idade no Brasil em 2019, 57 mil falecimentos, foram decorrentes do consumo de alimentos ultraprocessados. No mesmo estudo, os pesquisadores afirmam que reduções de 10% a 50% no consumo desses alimentos poderiam reduzir de 5,9 mil a 29,3 mil óbitos a cada ano.

Segundo a presidente do Consea, a grande bandeira da segurança alimentar e nutricional é a garantia de uma alimentação adequada e saudável para todas as pessoas, sem exceção. “Isso quer dizer que essa alimentação é um elemento protetor e promotor da saúde. Do ponto de vista mais abrangente, a alimentação adequada e saudável não trata apenas da questão biológica, da composição adequada de nutrientes que aquela pessoa necessita, a depender de sua idade ou de seu estado fisiológico. Estamos falando de dimensões que estão relacionadas com o bem viver das pessoas, no sentido de cultura, hábitos, modos de consumo e de suas memórias. Vai além do bem estar físico, é a tradução da identidade da pessoa mas também dela enquanto ser social e coletivo”, atesta Recine.

Repensar a comida, de sua produção ao consumo, portanto, é uma necessidade. Diante deste imperativo, em dezembro de 2023 a Fiocruz publicou o relatório ‘Na cozinha, não há só comida’, sobre segurança e soberania alimentar e nutricional nas experiências de cozinhas solidárias da Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil. O relatório consolida os debates promovidos durante o Seminário ‘Cozinhas Solidárias: subsídios para a experiência brasileira, diálogos sul-americanos’, realizado na Fiocruz Brasília em outubro com a participação de convidados de Colômbia, Uruguai e Argentina; da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), além de membros da Cozinha Solidária do Sol Nascente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e dos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Pequenos Agricultores (MPA). “A Fiocruz colocar a questão do alimento no centro do debate é fundamental para ampliar o nosso conceito de saúde. O nosso ponto de partida é a ecologia, a compreensão de que esta dissociação entre humanidade e natureza é



a origem de um profundo problema de alienação. Por esta separação, na qual a natureza – a partir de uma visão predatória – é reduzida a recursos, gera-se uma forma de organizar a sociedade cuja consequência é a profunda crise em todos os biomas e ecossistemas”, explica Alexandre Pessoa.

A presidente do Consea ressalta que a relação da Saúde com a segurança alimentar e nutricional historicamente compõe a agenda do Conselho, constando das concepções do Guia Alimentar para a população brasileira e da identificação dos ingredientes dos alimentos. “Foi no Consea que nasceu a recomendação para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária iniciar o processo de atualização da rotulagem nutricional de alimentos que anos depois gerou a resolução da rotulagem frontal”. Recine cita ainda a defesa da ampliação e qualificação das ações de nutrição na Atenção Primária à Saúde e da taxaço de bebidas açucaradas, do controle de publicidade e também da comercialização de alimentos nocivos à saúde, como os ultraprocessados, em ambientes escolares. “Há uma articulação muito profunda e histórica entre as duas agendas, da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional”, aponta Recine.

Rota biológica de produção

Em sua fala no 12º CBA, o ministro do Desenvolvimento Agrário também convocou instituições públicas de pesquisa como a Embrapa e o Finep a somarem esforços para o Brasil transitar de uma produção agrícola baseada em síntese química para processos biológicos de produção. Isso, por si só, não resultaria nas transformações demandadas pelos movimentos agroecológicos.

Pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, Cristhiane Amâncio estuda a mudança da matriz de insumos para a produção agropecuária, apostando na agricultura de base biológica como aquela que buscar substituir insumos de base química, especialmente fertilizantes e agrotóxicos, por produtos de base biológica, como micro-organismos e insetos, na otimização do processo de fertilização. “É importante deixar claro que essa agricultura de base biológica, como abordada pelo governo federal e pelas entidades ligadas à agricultura, não necessariamente significa uma agricultura de base ecológica ou agroecologia”, ressalta.

De acordo com a pesquisadora, é necessário que as políticas públicas intersetoriais direcionem o investimento de organismos de pesquisa pública, como é o caso da própria Embrapa e também o da Finep, na busca por soluções agrobiológicas voltadas aos pequenos produtores. “Nos últimos dez anos houve baixo investimento em ciência e tecnologia para essas áreas. Os investimentos ficaram muito associados à iniciativa privada, que busca desenvolver produtos para colocar no mercado de forma rentável, a agricultura de commodities. Portanto, é muito importante termos políticas públicas e fomento à geração de conhecimento, ao manejo de ciência e tecnologia voltado para a agricultura familiar, em paralelo a todo um trabalho de formação, de extensão, de valorização dos produtos que são cultivados com esses princípios”, defende.

Como exemplo do uso da agrobiologia pelo agronegócio, ela cita a utilização de bactérias que fixam o nitrogênio, como estratégia para suprir a carência desse elemento em solos tropicais, para viabilizar a adaptação de culturas de clima tropical com alta produtividade, e as de clima temperado com resultados relevantes, como é o exemplo da soja. “No Brasil, ela não seria viável se fosse necessário usar o nitrogênio fertilizante sintético”. O benefício da rota biológica de produção, nas palavras da pesquisadora, está “no menor uso de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos”, diz.

Por fim, Cristhiane ressalta o trabalho desenvolvido pela Embrapa para disponibilizar processos agrobiológicos que permitam maior interação ecológica entre plantas com afinidade agrônômica e o ambiente natural em si, “associado também ao ambiente antropizado [transformado pela ação humana], seja em áreas comunitárias ou urbanas. Qualquer tamanho de propriedade, e o pequeno produtor, pode fazer uso dos conhecimentos associados a isso”, afirma. ●

No Complexo da Penha, o exemplo da agroecologia urbana

PAULO SCHUELER

Um aglomerado de treze favelas, com população de cerca de 100 mil habitantes e extensão territorial de 580 mil metros quadrados. Este é o Complexo da Penha, localizado no Maciço Misericordioso, na Zona Norte do Rio de Janeiro, do qual a Serra da Misericórdia é tida por ambientalistas como o último suspiro da Mata Atlântica da localidade. É nesse local, atualmente chamado de Vila Cruzeiro, cuja ocupação remonta ao período da escravidão, quando as encostas dos morros da Penha eram destino de escravizados foragidos que geraram o Quilombo da Penha, que moradores se organizaram e criaram o Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM).

Instituído a partir da busca por um território “de bem viver” e tendo como principal frente de trabalho a promoção da soberania alimentar em solo urbano sob as bases da agroecologia, o CEM estabeleceu parcerias com diferentes coletivos, redes e instituições, entre elas a Fiocruz, para atuar em todas as pontas da cadeia produtiva de alimentos, do cultivo ao consumo. Fundadora do CEM, Ana Santos se define como educadora popular que trabalha com agroecologia urbana na favela, “onde a gente desenvolve atividades com as crianças na Escola Popular e Agroecológica, no contraturno do horário escolar, trabalhando os temas da agricultura, da leitura, cultura, esportes e os quintais da floresta”.

De acordo com Santos, o maior desafio de produzir alimentos dentro de uma área urbana está na ocupação do território. “Eu estou falando de um território que tem ocupação de narcotráfico, que vive em disputa, com uma pedreira que explode pedra toda semana... Então, lidamos tanto com a poluição quanto com a falta de disponibilidade da terra”, ressalta. Essas dificuldades, inclusive, fazem com que, muitas vezes, ela e seus companheiros tenham que produzir os próprios insumos através da compostagem. Segundo Santos, a ocupação desse território para a produção de alimentos precisa vencer constantes desafios logísticos. “O único lugar pelo qual carros podem chegar até o local é por dentro da pedreira, uma área perigosa. Quem entra para entregar insumos cobra um valor com sobrepreço, por assim dizer”, relata.



Outro desafio, o do acesso permanente à água para a produção, também foi contornado de forma coletiva. “A falta d’água é constante, então criamos uma cisterna. Vencido isso, temos o problema da luz, pois como há muita queda no fornecimento de energia, nem sempre a nossa bomba [para a água] funciona”, conta. De certa forma, a criatividade diante dos desafios logísticos torna a produção efetivamente agroecológica. “Somos ‘zero veneno’. A gente utiliza o esterco da vaca, o esterco da galinha, a água do lago do peixe, a compostagem... Nunca produzimos com veneno, e o nosso maior desafio é produzir esses compostos próprios, gerando autonomia”, diz, referindo-se ao não uso de agrotóxicos.

Tantas dificuldades trazem a prioridade adicional de mobilizar mais pessoas para estabelecer um quadro permanente de militantes da produção agroecológica no local. “É desafiador envolver a juventude para que veja a agricultura urbana enquanto valor e queira estar envolvida nesse trabalho. É muito flutuante o público que se envolve na produção, nem sempre a gente consegue se manter muito tempo com as mesmas pessoas”, complementa. Santos aposta na produção de alimentos no Complexo da Penha como contraponto ao que a realidade social insiste em impor àquela população, promovendo a socialização através do trabalho coletivo e de encontros que permitem não apenas as trocas de experiências sobre a prática da agricultura urbana e da educação alimentar, mas também a abordagem de temas transversais, como a Saúde.

A garantia de sustentabilidade econômica do projeto ajudaria no fortalecimento destes vínculos de trabalho colaborativo, aposta ela, que não esconde a necessidade de apoio e a busca por conexões com políticas públicas, cujo maior exemplo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que compra 30% dos alimentos para uso nas escolas da agricultura familiar. “Para sermos autônomos, precisamos de apoio. Precisamos de equipe, de equipamentos, sementes, com isso conseguiremos avançar. E precisamos de assistência técnica continuada, com acompanhamento sistemático de nossas ações. Buscamos o diálogo nas três esferas de governo, e junto a alguns deputados estaduais da Alerj [Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro] conseguimos dar mais visibilidade para o projeto através do Plano de Ação Popular do Complexo do Alemão [documento lançado em 2022 que consolida a articulação de organizações e lideranças locais que lutam por melhorias naquele território a partir de 11 temáticas, dentre elas Saúde, Educação e Meio Ambiente]”, ressalta.

Os alimentos e demais produtos do coletivo – como sabão, repelente e xaropes naturais – são consumidos atualmente pela Escola Popular de Saúde do Complexo do Alemão, e através do serviço de *catering*, por instituições parceiras. Ana afirma que o CEM já efetuou cadastro para fornecimento na Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa) e no programa Mesa Brasil, a Rede Nacional de Bancos de Alimentos do Serviço Social do Comércio (Sesc). “Mas não pretendemos comercializar a produção até que a gente consiga abastecer a nossa comunidade”, afirma. ●

MST COMPLETA 40 ANOS

A entrada nos 'enta' permite vislumbrar um grande número de vitórias e impõe novos desafios

JULIANA PASSOS

A notícia se espalhou como pólvora. Os responsáveis pelas fazendas Macali e Brilhante não pagavam mais ao Estado pelas terras arrendadas, enquanto centenas de famílias agricultoras já haviam sido expulsas de suas terras por não conseguirem pagar os empréstimos devidos ao banco. A partir daí, com o apoio da igreja católica e de oposições sindicais, a ocupação começou a ser estudada. O planejamento durou alguns meses e a tomada das terras não conseguiu se concretizar diante da repressão da ditadura militar. A estratégia encontrada foi outra e 600 famílias passaram a acampar em um importante entroncamento rodoviário do Rio Grande do Sul, rota para algumas das principais cidades do estado e para o oeste catarinense, a Encruzilhada Natalino. O ano era 1980.

Recém-formada em filosofia em um convento franciscano e integrante de uma comissão de direitos humanos criada para auxiliar nas ações, Maria Izabel Grein recorda que havia sido chamada para ajudar por duas semanas a organização do acampamento. "A gente foi para ficar 15 dias, mas não tem como fazer uma organização de 600 famílias nesse período. E acabamos ficando. O Movimento nasce nessa humildade, nessa pequenez", recorda ela, que atua no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde sua fundação e atualmente integra o setorial de Saúde e a direção do MST do Paraná. O assentamento definitivo para aquelas famílias veio três anos depois, com a desapropriação de 1,8 mil hectares de terra por parte do governo do RS e se constituiu num dos marcos para o florescer do Movimento.

O contexto do final da década de 1970 e começo da seguinte são marcados pelo fim da ditadura empresarial-militar e a ascensão de lutas de massa em favor da democracia e ampliação dos direitos sociais. "É um período de retomada da construção de organizações, iniciada com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, logo em seguida, com a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e depois MST, praticamente todos

eles nos primeiros anos da década de 80", enumera o integrante da Coordenação Nacional do Movimento, João Paulo Rodrigues.

Embora as primeiras ocupações de terra em nome do Movimento tenham acontecido no Sul do país, Rodrigues pontua que elas ocorreram por todo o território nacional, como consequência da expulsão de cerca de 30 milhões de pessoas do campo entre 1950 e 1980 por conta do endividamento, de acordo com dados do próprio MST. Maria Izabel Grein lembra que outro motivo das ocupações foi a desilusão dos camponeses levados pelo governo para habitarem as terras do norte do país diante da falta de estrutura para a produção. "O governo federal começou a propagandear que só havia terras no Norte do país e o povo vai para lá, uns levados pelo Estado, outros, por empresas. São famílias levadas para o Mato Grosso e para o Pará. Mas eles não encontraram o que tinha sido prometido para eles. E aqui no Sul as terras vão sendo tomadas pelas grandes empresas, privadas ou estatais, como foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu", conta.



ACERVO MST



Imagem do assentamento Nova Ronda Alta, para onde foram levadas as famílias que ocuparam a Encruzilhada Natalino no começo da década de 1980

No papel de fazer a articulação entre os movimentos locais e organizar ações de ocupação e manutenção dos acampamentos, a igreja católica teve forte protagonismo. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram responsáveis por distribuir religiosos ligados à Teologia da Libertação por diversas regiões vulneráveis do país, assim como coube à Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975 por bispos católicos, realizar um encontro de âmbito nacional para reunir esses grupos em setembro de 1982, em Goiânia. Dois anos depois, em 1984, o Movimento é lançado formalmente em um evento nacional realizado na cidade de Cascavel, região oeste do estado do Paraná. “Nesse encontro havia a presença de dez estados, e logo após, esse número subiu para 16”, conta Rodrigues. Em uma época sem celular e internet, os convites foram feitos a partir dos canais locais das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base.

Mesmo sendo um Movimento pela ocupação da terra, o dirigente lembra que outras atividades estiveram sempre na pauta, uma vez que o objetivo final era o assentamento de famílias. “Quando você leva a família, inclusive para dar mais garantia à resistência da luta, naturalmente é preciso ter uma escola para as crianças, um setor de saúde. É preciso ir de mala e cuia para poder ficar”, diz Rodrigues. Ao longo desses anos, as principais setoriais existentes nos assentamentos são a frente de massas, o de formação e o setor de produção. Ao lado desses, há outros dois que, mesmo antes de serem formalizados enquanto tal, caminharam lado a lado com o crescimento do MST. São eles: Saúde e a Educação.

Terra e Educação

O setor de Educação do MST foi constituído em 1987, três anos depois da criação do Movimento, mas desde as primeiras ocupações, foram organizadas atividades nesse sentido. “Na Cruzada Natalino, estudamos o Estatuto da Terra [Lei nº 4.504/1964], para eles reconhecerem a Reforma Agrária enquanto direito. E, ao oferecermos uma folha a cada um, percebemos que a maioria a usava para abanar o calor e não sabia o que fazer com aquele pedaço de papel. Então constatamos que a maioria não sabia ler e escrever, mesmo entre as lideranças. Essa situação logo levou à criação de um grupo de alfabetização com a utilização do método Paulo Freire”, lembra Grein. Naquela primeira etapa, muitos professores eram aqueles que simplesmente sabiam ler.

Mas era preciso mais do que uma iniciativa de solidariedade e logo começou a demanda pela regularização da Escola Itinerante, o que significa validar uma escola que não fosse necessariamente física, mas comportasse a Educação no campo e, em especial, a formação em áreas de conflito, que é o caso dos acampa-

mentos. “A Escola Itinerante é uma escola do campo, só que ela está dentro de uma área de conflitos e precisa responder às necessidades dessas crianças que vivem dentro dessa área. No Paraná, onde eu acompanhei mais e ajudei a criar, houve muitas ocupações entre 2002 e 2003. Em abril de 2023, nós tínhamos mais de mil crianças fora da escola em áreas de acampamento, e as escolas da redondeza não tinham espaço para essas crianças. Então, nós pressionamos como Movimento, como massa de povo acampado, e o estado do Paraná assumiu a Escola Itinerante”, conta Grein.

No texto ‘A Escola do Campo em Movimento’, escrito em 2003, a educadora Roseli Caldart faz um histórico do crescimento das demandas por Educação. “Começamos lutando pelas escolas de 1ª a 4ª série. Hoje a luta e a reflexão pedagógica do MST se estendem da educação infantil à universidade, passando pelo desafio fundamental de alfabetização dos jovens e adultos de acampamentos e assentamentos, e combinando processos de escolarização e de formação da militância e da base social Sem Terra”, relata. A articulação em prol da melhoria da Educação no campo trouxe frutos, como a criação, em 1998, do Pronera, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, responsável por financiar iniciativas de Educação no campo, e que ganhou força especialmente durante os primeiros dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em cálculos do MST, nesses dois mandatos foram realizados 207 cursos pelo Pronera, um recorde.

Na Educação Básica, as cerca de 1.850 escolas existentes nos acampamentos e assentamentos, e que não pertencem ao Movimento, são acompanhadas de forma variada em cada localidade e, diante do aumento do processo de fechamento nas escolas do campo, Valter Leite, dirigente nacional do setor de Educação do Movimento, chama a atenção de que esses números podem estar defasados. “Nós temos escolas que possuem um acompanhamento mais sistemático e efetivo pelo setor de Educação do MST e há escolas em que isso não ocorre diretamente, mas o Movimento organiza uma série de atividades formativas, seminários, encontros regionais, estaduais, cursos de formação continuada de educadores e educadoras das escolas do Movimento com o intuito de incidir na formação e na organização do trabalho pedagógico com a pedagogia do Movimento”, explica Leite.

Na esteira de seu crescimento, as demandas ganharam cada vez mais especificidades para atuação na produção de alimentos, na organização nas diferentes linhas de produção e, diante do desafio de avançar com a agroecologia, desde 2000 o Movimento passou a construir centros de formação, capacitação ou escolas de agroecologia por meio de cursos técnicos de nível médio, pós-médio e tecnólogos em agroecologia, realizados muitas vezes em parcerias com universidades e outras instituições, como a Fiocruz. Em 2023, existiam

aproximadamente 40 escolas e centros de formação responsáveis por oferecer desde cursos técnicos e de nível superior até de formação política – nesta última, destaca-se a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criada em 2005 e localizada em Guararema, no interior de São Paulo.

A proposta da ENFF, explica Grein, é a formação da classe trabalhadora. “A Florestan Fernandes é aberta e recebe a classe trabalhadora do mundo inteiro. Se nós quisermos ter uma formação dos trabalhadores que pensem a realidade a partir do olhar do trabalhador, precisamos ter nossas escolas para atuar nesse processo, formar gente que entenda o Movimento e saiba que nós somos uma organização que busca mudança na sociedade”, explica.

Terra e Saúde

Assim como o setor de Educação, a Saúde esteve presente desde o primeiro momento nos acampamentos, mas foi formalizado um setorial dessa área um pouco mais tarde, em 1998. Além da articulação para os cuidados de primeiros socorros e cotidianos, aqueles que ficavam com a responsabilidade do atendimento se viam na função de conversar com as unidades de saúde dos locais pelos quais os Sem-Terra passavam para conseguir a liberação do atendimento, muitas vezes negado. “Quando saíamos com 200, 500 famílias no acampamento e chegávamos a um novo município, muitas vezes, não havia serviço de saúde para atender essa população itinerante. Uma resposta frequente era ‘nosso município tem 10 mil moradores. Agora chegam os Sem-Terra com mais mil famílias, não tem como atender, não são cadastrados no SUS’. Então, nós tínhamos uma série de dificuldades de sermos atendidos no Sistema Único de Saúde”, conta Dirlete Dellazeri, integrante da direção estadual do Paraná.

Outra função do setor era o planejamento de medidas de saneamento, uma vez que as pessoas levavam tudo o que tinham para os acampamentos, inclusive animais, como suínos e vacas para produção de leite. “Aí era preciso organizar o cuidado com o lixo, com saneamento, por mais precárias que fossem as condições. E, além disso, nós também tínhamos – e temos até hoje – um cuidado com a alimentação das crianças”, diz Dellazeri. Naquela época, boa parte do apoio vinha da Pastoral da Criança, que fornecia alimentos como o sopão e a multmistura.

No começo dos anos 2000, ela foi responsável por rodar o Brasil em reuniões estaduais e auxiliar na formação das direções para orientar sobre os direitos de essa população ser atendida pelo SUS e discutir a concepção de saúde do Movimento. “Passamos a considerar que a Saúde não se limita aos serviços de saúde e incluímos a alimentação saudável no debate, a questionar o uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Incluímos ainda a igualdade social e os direitos sociais, enfim, de viver e viver muito bem no

ACERVO MST



Em 1996, mais de 10 mil pessoas ocuparam parte da área do madeireiro Giacomet Marodin. No ano seguinte, o Incra formalizou a criação do assentamento Irene Alves dos Santos, com mais de 900 famílias. Atualmente, são mais de 5 mil famílias assentadas na região

meio rural, e [cobrar] que o Estado precisa nos atender nas políticas públicas na nossa condição de trabalho”, reflete, enfocando o conceito ampliado de saúde, que orientou a luta da Reforma Sanitária brasileira, para o MST.

Ainda que não esteja limitada a atuação no SUS, outra posição importante do Movimento foi a de fortalecimento do Sistema. “Sempre tivemos isso muito claro: nós não iríamos criar um setor de saúde paralelo ao SUS. Nossa luta sempre foi para que a política se ajustasse para nos atender enquanto população acampada na luta pela Reforma Agrária”, enfatiza.

Das ocupações às políticas públicas

Ingressar no MST nos primeiros anos de seu surgimento foi fundamental para a família de Sanuza Motta. Ela tinha 13 anos em 1986, quando sua mãe decidiu participar do Movimento e integrar a segunda ocupação de terras no Espírito Santo (ES), que deu origem ao assentamento Castro Alves, no município de Pedro Canário, onde parte da sua família mora até hoje. “A nossa grande motivação para a entrada no MST é ter a terra. Então, minha mãe fez um grande feito à família com essa decisão e quebrou um ciclo familiar de dificuldades”, conta ela.

No ano de criação do assentamento Castro Alves, a presidência do país estava a cargo de José Sarney. Era o primeiro presidente civil após o término da ditadura militar, eleito como vice de Tancredo Neves, morto antes da posse. “A importância do governo Sarney foi a da manutenção do Estatuto da Terra e do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (Incra), o que garantiu a previsão da função social da terra na Constituição de 1988”, diz o coordenador do Movimento, João Paulo Rodrigues. A criação do órgão e da lei são do tempo dos anos de chumbo, quando o Incra serviu de apoio para a atuação da repressão. Em dezembro de 2023, o órgão realizou um pedido de desculpas formal em ato solene no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). “A participação do Incra durante a ditadura militar não é uma revelação inédita. Pelo contrário, trata-se de verdade histórica conhecida, presente na literatura especializada, em testemunhos diretos, em filmes, em fotografias e, mais recentemente, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade”, afirmou o órgão no pedido de desculpas.

Mais de uma década depois, em 1998, Motta participou de outra ocupação, dessa vez para ter seu próprio lote e morar no assentamento Zumbi dos Palmares, do qual é atual coordenadora. Naquele ano, o Brasil reelegeu Fernando Henrique Cardoso para o segundo mandato. Aqueles foram períodos de luta intensa pela terra e, no último ano de presi-



WELLINGTON LENON/ MST



dência, FHC promulgou o dia 17 de abril como Dia de Luta pela Reforma Agrária, mês já tradicionalmente conhecido como “abril vermelho” por reunir uma jornada especial de lutas. Embora tivesse colocado o assentamento de famílias em seu programa de governo, a escolha da data se deve ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará em 1996, quando 21 trabalhadores rurais foram assassinados durante uma marcha que se dirigia a Belém, capital do estado. “Passadas as mágoas coletivas, 20 anos depois, reconheço como pontos importantes o início da política de crédito, com a criação do Pronaf, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, diz Rodrigues, sobre o governo da época. A gestão FHC foi responsável por assentar 540 mil famílias, enquanto o governo Lula alcançou 614 mil famílias. Somados os assentamentos do mandato de Dilma Rousseff, que foram em número menor, totalizam 747.777, de acordo com o MST. “O governo Lula colocou a Reforma Agrária na pauta do país inteiro, fez muitos assentamentos e um conjunto de políticas públicas”, resume.

Entre as principais políticas está a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, responsável pela compra de quatro milhões de toneladas de comida entre 2003 e 2016 e consequente distribuição para a população mais vulnerável. Foi ainda no final do segundo mandato de Lula que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a prever a necessidade de a merenda escolar ser composta por pelo menos 30% de alimentos adquiridos da agricultura familiar camponesa. Na sequência, o governo Dilma tentou reforçar as políticas existentes. “O governo Dilma foi muito ruim no assentamento de novas famílias, mas foi um bom governo para os assentamentos, porque fortaleceu uma das melhores políticas públicas, que é o PAA, também organizou o PNAE e pautou, sem ter conseguido ter uma eficiência, a importância de os assentamentos terem qualidade”, avalia Rodrigues.

Para o terceiro mandato do presidente Lula, após seis anos de recuo nas políticas para o campo, Rodrigues traça algumas metas. A primeira é o assentamento para as 60 mil famílias já acampadas e a necessidade de novos assentamentos, numa média de 50 mil por ano. Ao mesmo tempo, o dirigente está cético em relação aos avanços diante de um orçamento reduzido para programas antigos. “O Inkra tinha [um orçamento de] R\$ 4 bilhões em 2010, hoje está com R\$ 300 milhões. O PAA já teve R\$ 1,5 bi, hoje está com R\$ 700 milhões. Então, não tem nada de novo”, lamenta. E ele entende que é preciso ir além com a política de crédito. “Não podemos ter crédito

pelo sistema bancário, precisamos ter crédito por meio de cooperativas. Quem acessa crédito no campo é a classe média, que ao invés de financiar R\$ 10 mil por ano, financia R\$ 600 mil, R\$ 900 mil. Nós precisamos de um meio popular para que quem não tem garantia, quem ainda está com o nome sujo, nunca fez um projeto, tenha acesso à política de crédito”, argumenta.

Entre os desafios colocados para o Movimento, está o aumento da escala da produção. “O MST se opõe ao agronegócio com a agroecologia. Diante disso, nós precisamos democratizar o acesso à terra, ter uma política de crédito popular e construir uma agroindústria que seja a base da agroecologia”, defende Rodrigues. Hoje o Movimento possui 120 agroindústrias de pequeno e médio porte, sendo os principais produtos a mandioca, o arroz, leite, carne, café, cacau. Entre as 400 mil famílias integrantes do Movimento, 50 mil implementam práticas agroecológicas. “Nós defendemos a agroecologia massiva, de muita gente e com agroindústria. E qual o problema? Nós não temos a agroindústria. Só tem sentido eu produzir açaí agroecológico se conseguir trazer o açaí do Pará para São Paulo. Eu não posso vender para fazer geladinho lá na porta do assentamento. E isso vale para o leite, o cacau, para todas as cadeias produtivas”, explica.

Mas há quem ache que a produção em larga escala e a projeção alcançada pelos produtos comercializados levaram à mudança de propósito do Movimento ao longo das décadas. Rodrigues discorda. “Não há mudança de propósito, nossa luta é por terra. Mas queremos mais do que a posse, queremos desenvolvimento e um conjunto de políticas públicas para o campo. Agora, a depender de cada momento histórico, você estica a corda em determinados assuntos. Nesse momento, nós estamos convencidos de que há uma crise alimentar no país e uma crise ambiental. E o MST vai ter que apresentar uma proposta para a sociedade”, diz.

No assentamento Zumbi dos Palmares, onde mora Motta, as principais produções são de café e pimenta-do-reino, em modelo de agrofloresta. Após a pandemia, ela viu o número de famílias se multiplicarem, saindo dos 150 para mais de 200. “Muitos familiares perderam seus empregos na cidade e decidiram pedir abrigo para os parentes do campo”, relata. Em nome desse crescimento e da legitimidade do Movimento, ela defende que as ações de ocupação de terras voltem a acontecer no estado. “O assentamento onde moro foi a última ocupação registrada no Espírito Santo e essa ação precisa ser retomada. O Movimento se reconhece na ocupação por mostrar para a sociedade a função social da terra”, diz. E o latifúndio medido em hectares não é o único que ela deseja ocupar. “Nós, do MST, também queremos ocupar o latifúndio do saber e valorizar o trabalho das pessoas do campo”, resume. ●



Agricultores comercializam seus produtos na 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015, em São Paulo

JOKA MADRUGA / MST



Valorização dos profissionais da Educação

Em dezembro de 2023, o Senado aprovou um Projeto de Lei Complementar (nº 88/2018), que pretende promover o reconhecimento e o avanço dos trabalhadores da Educação Básica de escolas públicas. De autoria da ex-deputada e agora senadora Professora Dorinha Seabra (UB-TO), a proposta, relatada por Efraim Filho (UB-PB), estabelece a estruturação de carreiras, um valor de piso que atraia bons profissionais para a carreira, a formação contínua e a melhoria das condições de trabalho para educadores, diretores, inspetores e técnicos. No momento de fechamento desta edição, o texto aguardava sanção presidencial.

O projeto define que as instituições educacionais devem implementar esquemas de carreira motivacionais, “que estimulem o desempenho e o desenvolvimento profissionais em benefício da

qualidade da educação escolar” com “atualização dos profissionais” e ambientes de trabalho que promovem a eficácia educacional. O texto especifica que a remuneração deve ser justa e alinhada com a missão educativa da escola e a admissão na carreira ocorrerá exclusivamente através de concursos.

O projeto determina uma jornada de trabalho de até 40 horas semanais, com tempo reservado para atividades de desenvolvimento profissional dos docentes. O PLC aborda a progressão na carreira, buscando também incentivar um desenvolvimento profissional contínuo para “dedicação exclusiva à mesma rede de ensino, preferencialmente à mesma escola”. Além disso, o texto sugere uma estrutura salarial variada, com um piso que atraia profissionais qualificados e um teto que promova o crescimento e a excelência contínua. As diretrizes aprovadas também destacam a importância de condições adequadas, como “número de turmas, por profissional, compatível com sua jornada de trabalho”, ambientes de trabalho saudáveis e seguros, e acesso a recursos didáticos essenciais.



Legislação ambiental sob ataque

Uma reportagem da edição passada da Poli (nº92) tratava de três Projetos de Lei com impacto direto sobre a saúde e o meio ambiente que tramitavam no Congresso. No curto intervalo de tempo entre um número e outro da Revista, dois deles avançaram ainda mais. Primeiro, Câmara dos Deputados e Senado derrubaram o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao trecho da Lei 14.701/2023 que instituiu o Marco Temporal, estabelecendo que só podem ser demarcadas como terras indígenas aquelas que já estavam ocupadas por eles em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Essa tese já tinha sido recusada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que deve ser novamente acionado

para se pronunciar sobre o tema. Até o fechamento desta edição, partidos políticos como PT e Psol, entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o próprio governo federal se mobilizavam para apresentar ações que argumentem a inconstitucionalidade da lei.

Na sequência, ao apagar das luzes de 2023, o Senado aprovou o projeto 1.459/2022, conhecido como PL do Veneno, que flexibiliza a regulação do uso de agrotóxicos no Brasil. No momento em que esta Revista foi finalizada, várias entidades científicas e movimentos sociais pressionavam pelo veto do presidente Lula à nova lei, entre eles o Conselho Nacional de Saúde. Também o Instituto Nacional do Câncer (Inca) emitiu uma nota técnica em que reafirma recomendação anterior de “redução gradativa” do uso de agrotóxicos “até a sua eliminação por completo”, devido aos “impactos nocivos à saúde” dessas substâncias.



Bolsa de incentivo ao Ensino Médio

O Senado aprovou, no final de dezembro, uma assistência financeira para estudantes do Ensino Médio público. Trata-se do Projeto de Lei 54/2021, que, no momento em que esta edição da Poli foi concluída, seguiria para sanção presidencial. O benefício será direcionado a estudantes de baixa renda de escolas públicas e aqueles cujas famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com prioridade para os agrupamentos que ganham até R\$ 218 mensais. Alunos da Educação de Jovens e Adultos entre 19 e 24 anos também podem receber a bolsa, que tem como principal objetivo combater a evasão escolar e estimular a conclusão dos estudos.

O texto estabelece que serão feitos pelo menos nove depósitos mensais ao longo do ano,

voltados para a manutenção dos alunos na escola, e outro maior, no final do ano letivo, que só poderá ser movimentado após a conclusão dessa etapa de ensino. Os valores serão definidos em regulamento próprio. Foram definidos critérios para a concessão da bolsa, incluindo a frequência escolar, aprovação no ano letivo e matrícula na série seguinte, além de participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Pouco antes da aprovação do PL, o governo federal tinha emitido uma Medida Provisória (nº 1.198/2023) com o mesmo teor, mas agora a tendência é que ela não chegue a ser votada no Congresso e caduque. Respondendo à MP, antes mesmo do PL 54/2021, o Congresso aprovou a Lei Complementar 203/2023 que autorizou o uso de R\$ 6 bilhões do Fundo Social, criado para receber recursos federais oriundos da exploração do pré-sal, para a execução do programa em 2024.

Janeiro de 2024 marca um ano do início das ações de emergência sanitária na terra indígena Yanomami, localizada entre os estados do Amazonas e Roraima. Foi essa ‘força-tarefa’, com a participação de vários ministérios, que permitiu a retomada da assistência à saúde na região, com a realização de licitação para o reabastecimento do estoque de medicamentos, a retirada de parte dos garimpeiros do território e a contratação de profissionais para o atendimento à população. Mas a melhoria da saúde dos yanomamis dependerá da continuidade das ações. “Essa emergência sanitária foi resultado de um cenário de verdadeiro abandono do território indígena na área da proteção e da vigilância da segurança pública”, diz Weibe Tapeba, que está à frente da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), criada em 2010 como parte da estrutura do Ministério da Saúde, com a responsabilidade de executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e gerir o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no SUS, o Sistema Único de Saúde. Foi também a partir do trabalho da Sesai que se realizou o diagnóstico da calamidade yanomami nos primeiros dias do novo governo, em 2023.

Trajatória da Saúde indígena

A demanda pela criação de um subsistema de saúde indígena ganhou corpo com o movimento da Reforma Sanitária, entre as décadas de 1970 e 1980, que levou à criação do SUS. Até então sob responsabilidade da Funai, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, as atribuições do cuidado com a saúde dessas populações começaram a ser divididas com a Funasa, a Fundação Nacional de Saúde no começo da década de 1990. Em 1999, foi aprovada a Lei 9.836, também conhecida como Lei Arouca, que instituiu formalmente o Subsistema de Saúde Indígena com financiamento direto da União e designou o Ministério da Saúde como responsável pela coordenação das ações, o que significou, naquela época, vincular o Subsistema à Funasa. “A execução da Funasa apresentou muitos problemas e os povos indígenas começaram uma nova articulação para mudar o modelo de gestão. A 4ª Conferência de Saúde Indígena, realizada em 2006, debate especialmente isso. Essas discussões se desdobram até se criar, em 2009, um novo grupo de trabalho para articular a criação da Sesai, o que ocorreu em 2010”, conta a pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Ana Lúcia Pontes. Mas foi em 2023 que, pela primeira vez, essa estrutura do Ministério foi ocupada por um secretário indígena, alimentando a expectativa de que venha um novo ciclo de mudanças.

Atribuições

A organização da saúde indígena é feita de forma descentralizada a partir de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS), responsáveis tanto pela gestão dos determinantes ambientais quanto da atenção primária, e que estão subordinados à Sesai. Essa forma de organização também foi instituída pela Lei Arouca, de 1999. Atendendo a uma demanda dos povos indígenas apresentada desde as discussões sobre a forma de organização do SUS, a criação dos DSEIS parte do reconhecimento de que a ‘geografia’ dos povos indígenas segue uma lógica distinta das fronteiras de estados e municípios. Já a formalização das orientações para a delimitação dos distritos está na Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI), aprovada em 2002. Entre os critérios estão a existência de relações sociais entre os diferentes povos indígenas do território e a sociedade regional; distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas, perfil epidemiológico e disponibilidade de serviços, recursos humanos e infraestrutura.

Atualmente a Sesai se divide em dois departamentos: o de Determinantes Ambientais de Saúde Indígena e o de Atenção Primária. O primeiro tem sob sua alçada a construção da rede de saneamento básico e edificações em território indígena. Isso inclui a garantia de acesso à água potável para as comunidades que não têm acesso em sua própria terra indígena, planejamento e realização de ações para preservação de nascentes, saneamento, destinação do lixo, esgoto, bem como planejamento e ações de educação sobre esses temas. Mas, segundo avaliações dos entrevistados desta reportagem, essas ações têm avançado muito pouco. “Dentro dos distritos você também vai ter o setor de saneamento e a situação se repete: não há aporte de recursos suficientes e ainda há muita dificuldade logística. Por exemplo, a chegada ao território yanomami é feita de forma aérea em 98% dos casos. Então, não é possível montar facilmente uma estrutura ou fazer uma perfuração de poço”, avalia a pesquisadora da Ensp/Fiocruz. O secretário da Sesai concorda que é preciso repensar o departamento de determinantes ambientais e informa que está em curso a elaboração de um novo planejamento para a área de saneamento, em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). “Nós fizemos um grupo de trabalho para elaborar um programa nacional de saneamento em terras indígenas para criar uma nova política de financiamento para essa área”, diz.

O outro departamento está relacionado à atenção primária das populações indígenas, desenvolvida nos territórios. Cada aldeia possui um posto de

saúde e um determinado conjunto de aldeias é assistido por um polo base. Os atendimentos de média e alta complexidade são realizados fora do território indígena e para esse deslocamento há o suporte das Casas de Apoio à Saúde Indígena, as Casais, responsáveis pela hospedagem daqueles que necessitam sair das aldeias para realizar procedimentos não ofertados pela atenção básica. “O que a gente vê é uma baixa articulação e coordenação entre a Sesai e as secretarias municipais, estaduais e os serviços de saúde, que estão muito pouco preparados para atender uma pessoa indígena, porque pode implicar atender alguém que não fale português ou que demande a presença da família ou fazer algum ritual”, exemplifica Pontes. Essa melhor articulação é um dos pontos prioritários da atual gestão da Sesai, de acordo com o secretário. Ele explica que a proposta é implantar laboratórios nos territórios indígenas para a realização de exames clínicos básicos e ampliar a rede de atenção com a utilização da telessaúde para evitar o deslocamento. A segunda medida implica levar acesso à internet para muitos territórios, a exemplo do que já ocorreu em algumas áreas demarcadas, como no território yanomami após a emergência sanitária com a instalação de antenas para recepção do sinal via satélite.

Além de ampliar o atendimento no próprio território indígena, Tapeba quer aumentar a utilização de uma fonte de recursos antiga, mas com baixa adesão. Trata-se do IAE-PI, o Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas, recursos que são repassados a partir dos blocos de financiamento da Atenção Básica e da Alta e Média Complexidade, dentro do modelo fundo a fundo – da União para Estados e municípios. Mas o acesso depende do credenciamento das redes de saúde. Ele conta que uma das grandes dificuldades é o desconhecimento por parte dos gestores da existência do IAE-PI, que pode ser requerido para hospitais, policlínicas, maternidades ou centros de atenção psicossocial. Para atrair um número maior de redes conveniadas, a secretaria solicitou apoio ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) para mobilizar seus gestores a verificarem se já realizaram o credenciamento.

Necessidade de mudanças

Apesar de ter chamado atenção do Brasil e do mundo pelo tamanho da tragédia, a necessidade de readequar a assistência às populações indígenas não se limita aos yanomamis. Por isso, para

este ano de 2024, o secretário pretende remodelar a Sesai a partir da Resolução apresentada na 76ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2023, na Suíça. Formulada pelo Brasil, a resolução aprovada no encontro não tem força de lei, mas sugere que, entre outras medidas, os países desenvolvam e se aprofundem no contexto de saúde sobre os povos indígenas, identifiquem lacunas no acesso e cobertura por saúde física e mental e incorporem uma abordagem intercultural. “Considero que nós temos um cenário de vazios assistenciais em diversos territórios indígenas do Brasil. E, por isso, nós estamos fazendo um diagnóstico para começarmos a implementar um plano de superação dessas desigualdades nos territórios a partir da estruturação de unidades de saúde, de saneamento e de ampliação da nossa capacidade de assistência, por meio da contratação de mais profissionais para atuar no nosso território a partir de 2024”, diz Weibe Tapeba.

Em relatório de 2019, a Controladoria Geral da União (CGU) identificou que faltava à Sesai elaborar diretrizes de atuação para o DSEIS e acompanhar as orientações realizadas. O secretário concorda e informa que tem atuado para melhorias nesse sentido, como um maior controle no vencimento de contratos. “A preocupação não é apenas ter maior controle sobre a destinação de recursos, mas também garantir a continuidade dos serviços e não abrir precedente para desassistência. E isso, infelizmente, tem sido frequente”, relata.

A maior parte da contratação de profissionais de saúde para atendimento à população indígena é feita por meio de contratos de terceirização com Organiza-

ções Sociais (OS), um modelo que, entre outras questões, gera alta rotatividade de profissionais. O secretário, no entanto, ressalta que a realização de concurso público nessa área também não é garantia de continuidade das ações em territórios indígenas. “Existe uma avaliação do movimento indígena de que, infelizmente, nos moldes atuais, o concurso público com cargos efetivos não dá conta de atender à saúde dos povos indígenas porque após o período [de estágio] probatório de três anos, os aprovados acabam pedindo transferência e não ficam na saúde indígena”, diz e acrescenta que há uma proposta em discussão na Secretaria para a realização de um concurso com regras especiais para a atuação em terras indígenas. De acordo com o secretário, há 20 mil trabalhadores da saúde atuando na ponta da assistência para populações indígenas, sendo seis mil agentes indígenas de saúde e de saneamento (AIS e Aisan) nesses territórios.

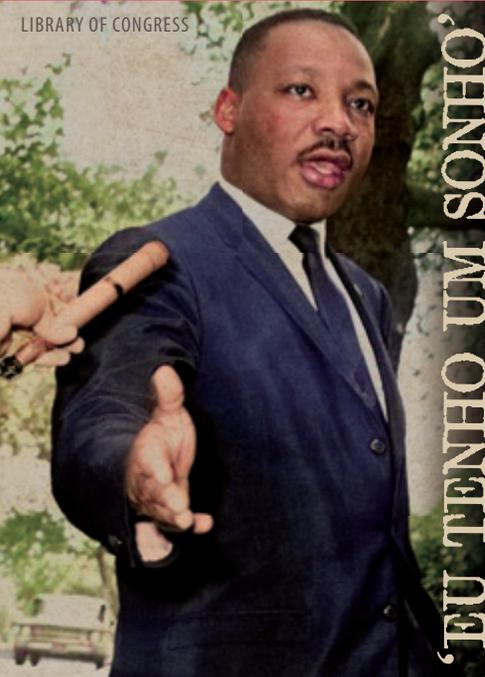
Tapeba também vê necessidade de aumentar o número de DSEIS para melhor atender às demandas da população indígena. “Esse é um modelo que já não dá conta da realidade, porque nós temos alguns territórios gigantes com uma limitação de infraestrutura e dessa relação com estados e municípios”, diz. Como exemplo, ele cita o estado do Mato Grosso do Sul que tem apenas um distrito para cuidar de uma população de 80 mil indígenas. E, nesse caso, defende, seria preciso criar mais um distrito, para que o atendimento fosse distribuído entre o povo Terena e o povo Guarani. A Sesai prepara uma proposta para a criação de novos distritos sanitários, que de acordo com Tapeba, será finalizada em 2024, com respaldo das consultas às populações envolvidas. ●

Há 65 anos, em 1º de janeiro de 1959, terminava vitoriosa a Revolução Cubana, que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista



CRISTHOFFER ALQUINGA

LIBRARY OF CONGRESS



‘EU TENHO UM SONHO’

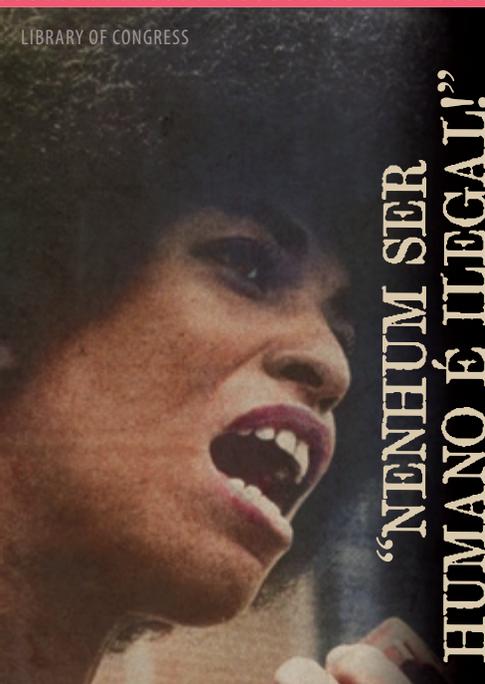
“

Não haverá nem descanso nem tranquilidade na América até o negro adquirir seus direitos como cidadão. Os turbilhões da revolta continuarão a sacudir os alicerces do nosso país até que o resplandecente dia da justiça desponte. (...)

Há quem pergunte aos defensores dos direitos civis: ‘Quando é que ficarão satisfeitos?’ Não estaremos satisfeitos enquanto o negro for vítima dos indescritíveis horrores da brutalidade policial”

Assassinado em 1968, Martin Luther King, pastor e militante do Movimento pelos Direitos Civis nos EUA, completaria 95 anos em 15 de janeiro de 2024. Os trechos ao lado são de um discurso histórico durante a ‘Grande Marcha’, que reuniu mais de 250 mil negros em Washington, em 1963.

LIBRARY OF CONGRESS



“NENHUM SER HUMANO É ILEGAL!”

“

A luta por liberdade das pessoas negras, que moldaram a natureza deste país, não pode ser apagada com a varredela de uma mão. Nós não podemos esquecer que vidas negras importam. Este é um país ancorado na escravidão e no colonialismo, o que significa, para o bem ou para o mal, a real história de imigração e escravização. Espalhar a xenofobia, lançar acusações de assassinato e estupro e construir um muro não apagarão a história”

Em 26 de janeiro de 2024, a filósofa Angela Davis, que militou no Movimento dos Direitos Civis dos EUA na década de 1960, foi uma das lideranças do Partido Comunista norte-americano e se mantém como liderança do feminismo negro, completa 80 anos. Esse é o trecho de um discurso proferido na ‘Marcha das Mulheres’ contra Donald Trump, em 2017.

CONHEÇA O NOVO SITE DO

OBSERVATÓRIO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE



www.observatorio.epsjv.fiocruz.br

Aqui você encontra estudos, pesquisas e diferentes formas de disseminação de conhecimentos sobre a formação e a atuação de trabalhadores técnicos e políticas sociais de educação, saúde e trabalho

